

**Bruxelas, 23 de setembro de 2026
(OR. en)**

13533/26

**COASI 181
ASIE 41
CFSP/PESC 1498
PE 108
ECOFIN 1212
WTO 105
COHOM 120**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2026) 22 final
Assunto:	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Região Administrativa Especial de Hong Kong: Relatório Anual 2025

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2026) 22 final.

Anexo: JOIN(2026) 22 final



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 22.9.2026
JOIN(2026) 22 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Hong Kong:

Relatório Anual 2025

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG:

RELATÓRIO ANUAL 2025

Resumo

Desde a transferência da soberania de Hong Kong para a República Popular da China, em 1997, a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong.

A fim de respeitar o compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1997, a Comissão e a alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão apresentam um relatório anual sobre a evolução da situação em Hong Kong. Ao longo dos anos, tem sido dada especial atenção à aplicação do princípio «um país, dois sistemas» e à autonomia de Hong Kong, tal como previsto na respetiva Lei Básica.

O presente documento é o vigésimo oitavo relatório, referente a 2025. Em 2025, Hong Kong continuou a ser o terceiro maior centro financeiro do mundo (e o maior na Ásia) e um importante centro comercial e logístico. Cerca de 1 770 empresas da UE estavam ativas em Hong Kong, o que faz da UE a maior presença empresarial estrangeira não chinesa na RAE. Cerca de metade dessas empresas exercia as suas atividades regionais a partir de Hong Kong. Os nacionais dos Estados-Membros da UE continuaram a dar contributos significativos para a economia e a sociedade da RAE, nomeadamente nos domínios da ciência, da educação e da cultura. O sistema de direito consuetudinário de Hong Kong e um sistema fiscal simples e impostos baixos são características que ajudam a manter a sua atratividade para as empresas internacionais.

Do ponto de vista político, o ano foi marcado: i) pela legislação subsidiária adicional em matéria de segurança nacional, ii) pela segunda eleição «unicamente para patriotas» para o Conselho Legislativo, que inclui um mecanismo de verificação política, iii) pela rejeição pelo Conselho Legislativo de uma proposta de lei que reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo e iv) pela manutenção do enfoque na segurança nacional no quinto ano após a imposição da Lei da Segurança Nacional, incluindo processos judiciais de grande visibilidade. O grau de autonomia de Hong Kong e as liberdades e direitos fundamentais do povo de Hong Kong continuaram a deteriorar-se, apesar da obrigação legal da China de os manter até, pelo menos, 2047.

Em 2025, prosseguiram os julgamentos de ativistas, defensores e políticos pró-democracia ao abrigo da Lei da Segurança Nacional de 2020 e de outra legislação. Em dezembro, o tribunal condenou Jimmy Lai, empresário do setor dos meios de comunicação social e defensor pró-democracia, com base em acusações relacionadas com a segurança nacional e de sedição. O julgamento sofreu atrasos substanciais e durou dois anos. Jimmy Lai está detido ininterruptamente desde 31 de dezembro de 2020, a maior parte do tempo em regime de isolamento.

No processo instaurado contra os líderes da Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos e Patrióticos na China, que costumava organizar vigílias comemorativas da repressão de Tiananmen em 1989 contra os protestos pró-democracia na China, o julgamento foi adiado pela segunda vez e reagendado para 21 de janeiro de 2026. Muitos arguidos estão detidos preventivamente desde setembro de 2021, nalguns casos com longos períodos em regime de isolamento.

O processo de recurso de 12 políticos e ativistas pró-democracia condenados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional por terem participado numa eleição primária de 2020 teve lugar entre 14 e 17 de julho. Em maio de 2024, o tribunal tinha condenado 45 dos 47 arguidos no processo inicial, comumente designado por processo «Hong Kong 47».

As autoridades iniciaram igualmente novas ações penais ao abrigo da Lei da Segurança Nacional e do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional. Em 6 de junho, o ativista Joshua Wong foi novamente acusado de «conspiração para conluio com entidades estrangeiras», estando a cumprir uma pena de prisão de quatro anos e oito meses no âmbito do processo de subversão «Hong Kong 47». Inicialmente, previa-se que fosse libertado em janeiro de 2027. Em dezembro de 2025, as autoridades invocaram as infrações de «prejudicar a investigação de infrações que ponham em perigo a segurança nacional» e de «exercícios militares ilegais» criadas ao abrigo do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, também conhecido como legislação ao abrigo do artigo 23.º, aprovado em 2024. Kwok Yin-sang, pai da ativista exilada Anna Kwok, foi acusado de tentar administrar os ativos financeiros da sua filha, outra nova infração criada ao abrigo do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional. Este é o primeiro caso em que um familiar de um ativista procurado foi acusado de um crime contra a segurança nacional.

No âmbito de uma aplicação extraterritorial da Lei da Segurança Nacional, as autoridades de Hong Kong emitiram mandados de detenção com oferta de recompensas contra outros 15 ativistas estrangeiros pelo seu alegado envolvimento na organização «Parlamento de Hong Kong», incluindo um cidadão europeu residente na Alemanha. No total, a polícia emitiu mandados de detenção contra 34 pessoas residentes no estrangeiro.

Em 2025, continuaram a ser igualmente proferidas decisões judiciais a favor da promoção dos direitos das pessoas LGBTIQ+. No entanto, o Conselho Legislativo rejeitou um projeto de lei destinado a estabelecer um quadro alternativo para a união entre pessoas do mesmo sexo, um requisito imposto pelo Tribunal de Última Instância de Hong Kong em setembro de 2023, não tendo sido ainda anunciadas medidas administrativas corretivas.

A UE tem expressado reiteradamente preocupações com a deterioração do elevado grau de autonomia e das liberdades fundamentais de Hong Kong, tanto em declarações públicas como em contactos privados com funcionários de Hong Kong e do Governo central.

O porta-voz da UE emitiu as seguintes declarações sobre Hong Kong:

- 30 de junho de 2025 — Declaração do porta-voz sobre o quinto aniversário da Lei da Segurança Nacional¹,

¹ Declaração do porta-voz sobre o quinto aniversário da Lei da Segurança Nacional, 30 de junho de 2025, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-fifth-anniversary-national-security-law_en.

- 31 de julho de 2025 — Declaração do porta-voz sobre os mandados de detenção extraterritoriais²,
- 15 de dezembro de 2025 — Declaração do porta-voz sobre a decisão no processo de Jimmy Lai³.

O porta-voz da UE publicou as seguintes mensagens na rede social X (anteriormente Twitter) relativamente a Hong Kong:

- 22 de fevereiro de 2025 — Publicação do porta-voz da UE sobre uma maior redução do espaço reservado à sociedade civil⁴,
- 4 de junho de 2025 — Publicação do porta-voz da UE sobre o 36.º aniversário dos acontecimentos da Praça Tiananmen⁵,
- 29 de novembro de 2025 — Publicação do porta-voz da UE sobre a tragédia do incêndio de Tai Po⁶.

O Gabinete da UE publicou a seguinte mensagem relacionada com os direitos humanos na rede social X (anteriormente Twitter) relativamente a Hong Kong:

- 11 de setembro de 2025 — Publicação sobre o compromisso da UE para com os direitos das pessoas LGBTQI+⁷.

O G7 emitiu as seguintes declarações sobre Hong Kong:

- 8 de agosto de 2025 — Declaração do Mecanismo de Resposta Rápida do G7 sobre os mandados de detenção de Hong Kong⁸,
- 17 de dezembro de 2025 — Declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 sobre a decisão relativa a Jimmy Lai em Hong Kong⁹.

A UE sublinhou a sua preocupação com a evolução da situação em Hong Kong na declaração lida na 80.ª sessão da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas: debate geral

² Declaração do porta-voz sobre os mandados de detenção extraterritoriais, 31 de julho de 2025, disponível em:

https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-extraterritorial-arrest-warrants_en.

³ Declaração do porta-voz sobre a decisão no processo de Jimmy Lai, 15 de dezembro de 2025, disponível em:

https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-verdict-jimmy-lai-case-15-december-2025_en.

⁴ Publicação do porta-voz da UE sobre uma maior redução do espaço reservado à sociedade civil, 22 de fevereiro de 2025, disponível em:

<https://x.com/ExtSpoxEU/status/1893002738272772217>.

⁵ Publicação do porta-voz da UE sobre o 36.º aniversário dos acontecimentos da Praça Tiananmen, 4 de junho de 2025, disponível em:

<https://x.com/ExtSpoxEU/status/1930307246191239378>.

⁶ Publicação do porta-voz da UE sobre a tragédia do incêndio de Tai Po, 29 de novembro de 2025, disponível em:

<https://x.com/ExtSpoxEU/status/1994669852435644471?s=20>.

⁷ Publicação para reafirmar o compromisso da UE para com os direitos das pessoas LGBTQI+, 11 de novembro de 2025, disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/1D3SVRQM7a/>.

⁸ Declaração do Mecanismo de Resposta Rápida do G7 sobre os mandados de detenção de Hong Kong, 8 de agosto de 2025, disponível em:

https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2025/08/g7-rapid-response-mechanism-rrm-statement-on-hong-kong-arrest-warrants.html?fbclid=IwY2xjawOoqMBleHRuA2FlbQIxMABicmlkETf4NkJODko2N0VMM0I1UFoyc3J0YwZhcHBfaWQQMjIyMDM5MTc4ODIwMDg5MgABHvQGci1v3q9YANbN4Ys05wBMfLgNRzBXCkR2TqrsQvdo5VOmPxMQAZvIvPdJ_aem_UvVyQSgAGfU8V0bUbZ3KfQ.

⁹ Declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 sobre a decisão relativa a Jimmy Lai em Hong Kong, 17 de dezembro de 2025, disponível em: <https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/g7-foreign-ministers-statement-on-the-jimmy-lai-verdict-in-hong-kong/>.

em 3 de outubro¹⁰. Na 60.^a sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a UE manifestou a sua preocupação com a situação em Hong Kong no ponto 4 do debate geral sobre situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, que se realizou em 23 de setembro¹¹. A UE reiterou que continuava «preocupada com a situação dos direitos humanos e a redução do espaço cívico em Hong Kong». A UE instou «o Governo chinês e as autoridades de Hong Kong a restabelecerem o pleno respeito pelo Estado de direito, pelas liberdades fundamentais e pelos princípios democráticos».

A UE manifestou igualmente a sua preocupação com «a utilização repressiva da legislação em matéria de segurança nacional que continua a comprometer os direitos humanos e as liberdades fundamentais» na 40.^a sessão do Diálogo UE-China sobre direitos humanos, que teve lugar em 13 de junho em Bruxelas. A UE apelou igualmente à libertação imediata e incondicional do cidadão britânico Jimmy Lai e da defensora dos direitos humanos Chow Hang-tung.

Em 2025, a economia de Hong Kong cresceu pelo terceiro ano consecutivo, com um aumento de 3,5 % do PIB em termos homólogos e com o crescimento económico apoiado pelos serviços financeiros, bem como pelo comércio e pela logística. As indústrias relacionadas com a construção, o imobiliário e o turismo enfrentaram desafios durante o ano. Em 2025, a UE continuou a ser a maior comunidade empresarial estrangeira não chinesa de Hong Kong, em termos de número de empresas. Hong Kong foi o décimo maior parceiro da UE a nível mundial para o comércio de serviços, a nona maior fonte do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) na UE e o décimo quarto maior destino do volume de IDE da UE, de acordo com o Eurostat (em 2024, último ano com dados disponíveis no momento da redação do presente documento). Hong Kong atua como um centro de comércio, logística e serviços empresariais e financeiros, incluindo para as empresas da UE.

I. Evolução política e social

Eleições para o Conselho Legislativo

Em 7 de dezembro, realizaram-se as segundas eleições gerais para o Conselho Legislativo de 2025 «unicamente para patriotas», tendo sido enviados 90 deputados para o oitavo Conselho Legislativo. Todos os candidatos tiveram de ser submetidos a um processo de verificação política exigido por lei. Dos 90 deputados, 40 eram membros pela primeira vez do Conselho Legislativo e 27, um número recorde, eram também membros da Assembleia Popular Nacional (15) ou da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (12), o que representa um aumento em relação às eleições de 2021. Por outro lado, pelo menos metade dos deputados eleitos eram trabalhadores ou membros do conselho de administração de empresas da China continental, o que representa um aumento de 60 % em comparação com há quatro anos.

A afluência às urnas para os 20 lugares eleitos por sufrágio direto nos círculos geográficos atingiu 31,9 %, ou seja, 1,3 milhões de eleitores. A taxa ultrapassou os 30,2 % registados nas últimas eleições, mas continuou a ser a segunda mais baixa de que há registo. Embora a taxa de participação tenha aumentado 1,7 pontos percentuais, o número total de eleitores efetivos

¹⁰ Declaração da UE — Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas: debate geral, 3 de outubro de 2025, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-un-general-assembly-3rd-committee-general-debate_en?s=63.

¹¹ Declaração da UE — HRC60 — ponto 4, Debate geral sobre situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, 23 de setembro de 2025, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-geneva/eu-statement-hrc60-item-4-general-debate-human-rights-situations-require-council%E2%80%93attention_en.

diminuiu cerca de 33 000, uma vez que a base eleitoral registou uma diminuição de 340 000. O número de votos nulos aumentou 50 % e atingiu 41 147, um máximo histórico.

No que diz respeito aos círculos eleitorais funcionais, que representam principalmente a indústria e os grupos de interesses e em que 30 lugares são preenchidos por eleições indiretas, a taxa de participação cumulativa atingiu 40,09 % — um aumento de 7,87 pontos percentuais —, o que representa 76 942 eleitores. No círculo eleitoral da Comissão Eleitoral, 1 458 dos 1 466 eleitores inscritos votaram, o que representa uma taxa de participação de 99,45 %, ultrapassando a taxa de 98,48 % registada em 2021.

O Governo tinha orçamentado mais 70 % em atividades de campanha eleitoral em comparação com há quatro anos, o que representa uma despesa de 180 milhões de HKD (20 milhões de EUR). O Governo também alargou o horário de votação, que passou do habitual período 8h30 – 22h30 para 7h30 – 23h30. Foram criados quatro novos tipos de secções de voto designadas para facilitar o voto dos funcionários públicos, dos profissionais de saúde, dos grupos étnicos minoritários e dos residentes idosos e com deficiência. O Chefe do Executivo declarou que votar é um «dever» dos funcionários públicos. O Governo também assumiu a liderança na organização de fóruns eleitorais — durante campanhas anteriores, esses fóruns tinham sido organizados por meios de comunicação social.

Simultaneamente, a Comissão Independente contra a Corrupção deteve 11 pessoas por alegadamente incitarem outras a não votar ou a votar nulo nas eleições e instaurou processos contra três delas. A agência anticorrupção, que também é responsável pela ação penal contra infrações relacionadas com eleições, emitiu mandados de detenção contra duas pessoas sediadas no estrangeiro suspeitas de fazerem essas publicações em linha nas redes sociais. Além disso, a polícia deteve pelo menos 29 pessoas por alegados danos em cartazes que promoviam as eleições, incluindo um cidadão espanhol de 66 anos. Pelo menos dois processos foram instaurados em tribunal.

O organismo do governo central sediado em Hong Kong, o Gabinete de Salvaguarda da Segurança Nacional, revelou em 6 de dezembro — um dia antes das eleições — que tinha «notificado» meios de comunicação social e jornalistas estrangeiros pelo que designou como «ataques e interferências nas eleições para o Conselho Legislativo». Tratou-se de uma ação sem precedentes.

Os observadores levantaram questões sobre a coordenação das candidaturas pelas autoridades centrais. No total, inscreveram-se nas eleições 161 candidatos, concorrendo em todos os lugares. Nenhum dos 12 deputados com idade igual ou superior a 70 anos nem os deputados considerados demasiado críticos conseguiram a reeleição. O Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau, sediado em Pequim, negou a existência de uma «lista privilegiada» de candidatos em, pelo menos, três artigos de comentário divulgados no seu sítio Web.

No período que antecedeu as eleições para o Conselho Legislativo, o espaço que restava para o pluralismo político continuou a diminuir. Os restantes partidos políticos da oposição de Hong Kong dissolveram-se sob forte pressão política. O Partido Democrático, outrora o maior partido na legislatura da RAE, iniciou o processo de dissolução em 13 de abril e concluiu-o com uma votação da assembleia geral do partido em 14 de dezembro. Em 29 de junho, a Liga Social-Democrata anunciou a sua dissolução, invocando uma «enorme pressão política».

Durante o mandato de quatro anos do sétimo Conselho Legislativo, foram aprovados 130 projetos de lei do Governo, o que representa um aumento de 60 % em relação à legislatura anterior. O único projeto legislativo introduzido pelo Governo que foi rejeitado pelo Conselho Legislativo foi o projeto de lei sobre o registo das uniões entre pessoas do mesmo sexo. O Conselho Legislativo não enviou delegações à Europa ou à América do Norte durante o seu atual mandato de quatro anos, o que constitui uma situação inédita desde 1997.

Em julho de 2025, os deputados aprovaram por unanimidade um novo «Código dos Membros do Conselho Legislativo», que especificava os requisitos aplicáveis à participação em reuniões, às votações e a outras funções, introduzindo simultaneamente sanções mais severas em caso de má conduta. O novo código de conduta especificava igualmente que «[o]s membros devem assumir a liderança exemplar no cumprimento consciente do dever de salvaguardar a segurança nacional e reforçar a sua consciencialização e as suas capacidades para salvaguardar a segurança nacional». O código estipula igualmente que os deputados não devem «envilecer intencionalmente a credibilidade da governação do Chefe do Executivo e do Governo da RAE».

As eleições intercalares subsetoriais de 2025 da Comissão Eleitoral tiveram lugar em 7 de setembro. Cerca de 3 534 eleitores inscritos — o que representa uma taxa de participação de 97,33 % — votaram 21 lugares na Comissão, composta por 1 500 membros, que é responsável pela escolha do Chefe do Executivo, e 40 lugares no Conselho Legislativo.

Aplicação das legislações em matéria de segurança nacional

O ano de 2025 assinalou o quinto aniversário da imposição da Lei da Segurança Nacional. Os funcionários governamentais reiteraram que «a segurança nacional é um compromisso permanente e infindável».

Em 1 de dezembro, a polícia tinha procedido a 365 detenções ao abrigo da Lei da Segurança Nacional, do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional e de outra legislação em matéria de segurança nacional. Em junho, o secretário da Segurança anunciou que a linha direta para a segurança nacional tinha recebido mais de 920 000 denúncias nos últimos quatro anos.

Em maio, o Governo adotou dois atos legislativos subsidiários ao abrigo do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional num processo que durou apenas três dias: informar os deputados sobre o plano legislativo em 11 de maio, consultar os deputados em 12 de maio e publicar o projeto de lei em 13 de maio.

Um dos dois atos de legislação subsidiária estabelecia os pormenores de execução do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional. Foram criadas cinco infrações relacionadas com o trabalho do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional em Hong Kong, a saber:

- incumprimento de um documento legal emitido pelo Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional sem justificação razoável,
- prestação de declarações falsas ou enganosas ao Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional,
- divulgação de investigação realizada pelo Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional,
- resistir ou obstruir deliberadamente o trabalho do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional, e

- usurpação de identidade de um membro do pessoal do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional.

A legislação subsidiária introduziu uma nova pena máxima de prisão de sete anos e uma coima de 500 000 HKD (56 700 EUR).

Em 15 de maio, o secretário da Justiça salientou que qualquer pessoa que receba um pedido do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional para apresentar informações é obrigada a cumprir, mesmo quando as informações estejam abrangidas por um acordo de não divulgação.

O outro ato de legislação subsidiária declarou seis instalações designadas do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional como locais proibidos.

Em 12 de junho, o Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional e o Departamento de Segurança Nacional da Polícia de Hong Kong realizaram a sua primeira operação conjunta conhecida publicamente. De acordo com as autoridades, seis pessoas e uma organização eram suspeitas de terem cometido o crime de «conluio com um país estrangeiro ou com elementos externos para pôr em perigo a segurança nacional» nos termos da Lei da Segurança Nacional entre novembro de 2020 e junho de 2024. A polícia de Hong Kong invadiu as casas dos suspeitos e o gabinete de uma organização e confiscou os documentos de viagem dos suspeitos.

Em 14 de junho, o secretário da Segurança explicou que o Serviço de Segurança Nacional do Governo central, sediado em Hong Kong, solicitou a assistência da polícia de Hong Kong para verificar se existiam circunstâncias para que o Serviço de Segurança Nacional exercesse competência num processo de segurança nacional em Hong Kong sob a aprovação do Governo Popular Central — uma competência consagrada no artigo 55.º da Lei da Segurança Nacional. No final de 2025, o processo não tinha sido objeto de ação penal e a identidade das pessoas e organizações em causa continuava a ser desconhecida.

Em 2025, prosseguiram os processos judiciais instaurados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional, do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional e de outra legislação conexa, com atrasos consideráveis em alguns casos. Muitos dos arguidos estão detidos preventivamente desde meados de 2021, nalguns casos em regime de isolamento prolongado.

O processo de recurso de 12 políticos e ativistas pró-democracia condenados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional por terem participado numa eleição primária de 2020 teve lugar entre 14 e 17 de julho. Em maio de 2024, o tribunal tinha condenado 45 dos 47 arguidos no processo inicial, comumente designado por processo «Hong Kong 47», e absolvido dois. Doze arguidos condenados por «conspiração para cometer um ato de subversão» solicitaram penas de prisão mais leves ou a anulação das suas condenações, enquanto o procurador contestou a decisão de absolvição relativa a um arguido. O Ministério Público interpôs recurso de anulação de uma absolvição. A decisão do recurso foi proferida em fevereiro de 2026.

Entretanto, 14 dos 45 arguidos foram libertados após o cumprimento das suas penas de prisão. Entre eles, Andrew Chiu tornou-se o primeiro infrator da segurança nacional a obter uma redução de pena do Departamento de Serviços Prisionais e foi libertado em 28 de outubro. Andrew Chiu colaborou com os procuradores para testemunhar contra 16 dos seus antigos

camaradas que se tinham declarado não culpados, obtendo uma redução da sua pena inicial de sete anos¹².

O julgamento, ao abrigo da Lei da Segurança Nacional, contra a Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos Patrióticos da China («Aliança de Hong Kong»), previsto para ter início em 11 de novembro de 2025, foi adiado pela segunda vez e reagendado para 22 de janeiro de 2026. O julgamento deverá durar 75 dias. O grupo da sociedade civil, agora dissolvido, organizava habitualmente a vigília anual à luz de velas de Hong Kong para comemorar a repressão de Tiananmen em 1989. O procurador acusou a Aliança de Hong Kong e os seus principais membros de «incitamento à subversão». A pena máxima é a prisão perpétua. Albert Ho, um dos arguidos, decidiu declarar-se culpado no processo.

Num processo conexo, em 6 de março, o Tribunal de Última Instância anulou as condenações de três antigos membros da Aliança de Hong Kong, incluindo a vice-presidente Chow Hang-tung, por incumprimento dos pedidos da polícia ao abrigo da Lei da Segurança Nacional.

No julgamento relativo à Lei da Segurança Nacional e à sedição de Jimmy Lai, empresário do setor dos meios de comunicação social e ativista pró-democracia, o Tribunal Superior proferiu a condenação por duas acusações ao abrigo da Lei da Segurança Nacional em 15 de dezembro («conspiração para cometer conluio com um país estrangeiro ou com elementos externos para pôr em perigo a segurança nacional») e uma acusação ao abrigo da Lei da sedição da era colonial («conspiração para imprimir, publicar, vender, colocar para venda, distribuir, exibir e/ou reproduzir publicações sediciosas»). Juntamente com Jimmy Lai, foram igualmente condenadas três empresas ligadas ao jornal Apple Daily, entretanto extinto. Seis antigos jornalistas do Apple Daily declararam-se culpados em novembro de 2022.

O julgamento sofreu atrasos significativos. Decorreu durante 156 dias, em vez dos 83 inicialmente previstos. O acórdão incluía uma referência substancial a palavras e ações de Jimmy Lai anteriores à entrada em vigor da Lei da Segurança Nacional, em junho de 2020. O processo de atenuação e a condenação serão abrangidos pelo relatório anual de 2026, uma vez que ocorreram em 2026.

A família de Jimmy Lai tem manifestado sistematicamente a sua preocupação com as condições de detenção e o estado de saúde de uma pessoa com 78 anos.

Na sequência do veredicto, muitos altos funcionários de Hong Kong manifestaram o seu apoio à decisão, o que constitui um facto sem precedentes no contexto de um processo judicial em Hong Kong. O Gabinete do Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China em Hong Kong publicou nove artigos entre 15 e 23 de dezembro, reafirmando o seu apoio ao acórdão e refutando as críticas.

Além disso, em 2025, Jimmy Lai recorreu das suas condenações e sentenças relacionadas com a sua participação na vigília à luz das velas de 4 de junho, em 2020, bem como de um processo de fraude distinto relacionado com o Apple Daily.

¹² Num processo judicial distinto, o Tribunal de Recurso decidiu, em 24 de junho, que o Departamento dos Serviços Prisionais não era obrigado a considerar a possibilidade de conceder a Adam Ma — um manifestante condenado por secessão — a libertação antecipada após ter sido condenado a uma pena de prisão. O acórdão salientou que qualquer redução da pena era discricionária e que recusar a libertação antecipada de um prisioneiro não violaria o seu direito à liberdade.

Em 6 de junho, o ativista **Joshua Wong** foi novamente acusado de «conspiração para conluio com entidades estrangeiras» ao abrigo da Lei da Segurança Nacional. Joshua Wong foi levado a tribunal em 6 de junho, uma vez que os procuradores alegaram que tinha conspirado com o antigo deputado exilado Nathan Law e outros entre 1 de julho e 23 de novembro de 2020 para solicitar a organizações estrangeiras que impusessem sanções ou tomassem medidas hostis contra a RAE de Hong Kong ou a República Popular da China. Joshua Wong está atualmente a cumprir uma pena de prisão de quatro anos e oito meses no âmbito do processo de subversão «Hong Kong 47» e previa-se que fosse libertado em janeiro de 2027. Poderá vir a ser condenado a uma pena de prisão adicional que varia entre três anos e prisão perpétua.

Em setembro, o Tribunal de Recurso indeferiu um pedido de **Wong Kin-Chung, também conhecido como Joseph John**, um cidadão português e residente britânico, condenado por «incitamento à secessão», de interposição de recurso no Tribunal de Última Instância para contestar a sua pena de prisão de cinco anos. Posteriormente, apresentou diretamente um pedido ao Tribunal de Última Instância, que também foi indeferido em novembro.

Em 15 de dezembro, um adolescente de 16 anos foi condenado a três anos e meio de prisão depois de se ter declarado culpado de conspiração para cometer secessão.

Durante o ano, as autoridades iniciaram novas ações penais invocando infrações ao abrigo do **Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional**. No início de dezembro, foram detidas 10 pessoas por «exercícios militares ilegais» — uma infração nos termos do artigo 13.º do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional que indica treino de tipo militar; duas delas foram acusadas de «conspiração para cometer subversão» em 15 de dezembro. Wong Kwok-ngon, conhecido pelo pseudónimo Wong On-yin, foi acusado de «**prejudicar a investigação de infrações que põem em perigo a segurança nacional**» (divulgando pormenores de investigações efetuadas pela polícia durante uma investigação de segurança nacional) — uma infração nos termos do artigo 88.º do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional — e de sedição em 9 de dezembro.

No **processo de Kwok Yin-sang**, pai da ativista «procurada» Anna Kwok, que foi acusado de **administrar «fundos e outros ativos financeiros»** pertencentes à sua filha, o julgamento de quatro dias terminou em 23 de dezembro, estando o veredicto previsto para 11 de fevereiro de 2026. Este é o primeiro caso em que um familiar de um ativista procurado é acusado de um crime contra a segurança nacional.

No **processo Stand News**, em que foram proferidas condenações contra dois antigos chefes de redação em setembro de 2024 ao abrigo da Lei da sedição da era colonial, um dos chefes de redação interpôs recurso em junho de 2025. O julgamento em sede de recurso está previsto para setembro de 2026. Em 6 de março, noutro processo de sedição, o Tribunal de Última Instância confirmou a condenação do ativista Tam Tak-chi.

Os tribunais continuaram a tratar processos relacionados com os protestos de 2019. De acordo com o sistema judicial de Hong Kong, em abril de 2025, os tribunais tinham tratado 96 % dos processos pendentes relacionados com os protestos de 2019.

O antigo deputado pró-democracia Lam Cheuk-ting foi absolvido, em 6 de novembro, de «agressão ou obstrução» aos deputados pró-Pequim durante uma reunião caótica relacionada com o controverso projeto de lei sobre extradição em 2019. Em 27 de fevereiro, recebeu uma

pena de prisão de 37 meses por ter participado num «motim» na estação Yuen Long da MTR, em 21 de julho de 2019, onde uma multidão vestida de branco tinha atacado manifestantes pró-democracia.

Em março, o Tribunal de Recurso confirmou a decisão de absolvição do presidente do Partido Democrático, Lo Kin-hei, acusado de ter participado numa assembleia ilegal em 2019, antes de assumir o cargo de presidente do partido.

No segundo julgamento da cidade ao abrigo da Lei (Medidas de Combate ao Terrorismo) das Nações Unidas, na sequência de um julgamento de 163 dias, o júri absolveu os sete arguidos acusados de terrorismo em 4 de setembro, mas condenou três por conspiração para perpetrar atentados à bomba durante os protestos de 2019 ao abrigo da Lei da Segurança Nacional. O tribunal aplicou penas de prisão que variam entre 16 anos e oito meses e 18 anos aos três condenados. Uma das pessoas absolvidas foi acusada, em 30 de outubro, de conspirar para incitar terceiros à organização de motins em 2019.

Em abril, a **assistente social Jackie Chen** foi condenada e detida durante 45 meses após um novo julgamento; posteriormente, em junho, a Comissão de Registo de Trabalho Social cancelou a sua licença profissional.

Muitos dos cerca de **6 000 manifestantes detidos durante as manifestações de 2019, mas ainda não acusados**, continuam em liberdade sob caução, aguardando investigações policiais e decisões do Ministério Público. Em 2025, as autoridades começaram alegadamente a conceder a algumas das pessoas afetadas a reabilitação judicial mediante o reconhecimento assinado de irregularidades e um compromisso de respeitar a lei.

Em questões de segurança nacional, o Estado de direito em Hong Kong continua sob forte pressão. As autoridades continuam a perseguir judicialmente a oposição política e os ativistas ao abrigo da legislação nacional em matéria de segurança. Os atrasos consideráveis nos julgamentos de crimes contra a segurança nacional, o longo período de prisão preventiva e o recurso repetido ao regime de isolamento foram outros motivos de preocupação. Subsistem preocupações quanto ao respeito do direito a um processo equitativo nos processos relacionados com a segurança nacional, que são julgados por juízes escolhidos a dedo e, até à data, conduzidos sem júri a pedido do Ministério Público. Além disso, as autoridades têm recorrido cada vez mais a medidas administrativas e regulamentares (incluindo a revogação de licenças e credenciais profissionais, restrições de acesso a locais, inspeções ou auditorias fiscais) para pressionar ativistas, jornalistas e a sociedade civil. Esta evolução tem um impacto importante no sistema judicial de direito consuetudinário de Hong Kong. Embora o Estado de direito permaneça, em grande medida, intacto fora dos processos relacionados com a segurança nacional, existe o risco de repercussões.

Hong Kong ocupa o 24.º lugar entre 143 países e jurisdições a nível mundial no Índice do Estado de Direito de 2025 publicado pelo World Justice Project, sediado nos EUA, em 28 de outubro, descendo um lugar em comparação com o ano passado. A classificação de Hong Kong em termos de direitos fundamentais caiu do 62.º para o 67.º lugar.

No final de 2025, havia seis juízes estrangeiros não permanentes em funções no Tribunal de Última Instância de Hong Kong — três da Austrália, dois do Reino Unido e um da Nova Zelândia. William Gillow Gibbes Austen Young, juiz neozelandês, foi nomeado juiz não

permanente. O mandato do juiz Lord Hoffmann foi prorrogado por três anos. O juiz Roberto Ribeiro foi novamente nomeado juiz permanente no Tribunal de Última Instância.

O juiz australiano, Robert French, decidiu demitir-se do cargo de juiz não permanente em abril. Ao explicar a sua decisão, salientou que o «papel dos juízes não permanentes no Tribunal de Última Instância tornou-se cada vez mais anacrónico e, possivelmente, meramente simbólico». Por outro lado, em julho, a antiga presidente do Supremo Tribunal do Reino Unido, Lady Hale, afirmou que «está agora ainda mais convencida de que foi a decisão certa» demitir-se do Tribunal de Última Instância de Hong Kong como juíza estrangeira não permanente em 2021. Lady Hale alegou que «a Lei da Segurança Nacional se sobrepôs à Lei Básica».

Hong Kong continua a permitir que os advogados que exercem noutras jurisdições de direito consuetudinário intervenham em processos judiciais. No entanto, durante o ano, o Departamento da Justiça opôs-se a que o advogado britânico Tim Owen representasse um arguido num julgamento relativo ao Decreto sobre a Criminalidade Grave e Organizada. Esta foi alegadamente a primeira vez que tal proibição foi imposta, tendo a Ordem dos Advogados já dado o seu aval.

Em 2025, também se registou uma manutenção do enfoque na «segurança nacional» na governação da RAE.

Em 25 de julho, as autoridades de Hong Kong emitiram **mandados de detenção e a oferta de recompensas contra 19 ativistas de Hong Kong no estrangeiro**, incluindo, pela primeira vez, um cidadão da UE. Em 4 de agosto, o Governo designou oficialmente 16 dos 19 como «fugitivos», o que implica novas restrições: os passaportes da RAE de Hong Kong foram revogados a 12 das pessoas e a pensão de um antigo funcionário público foi cancelada. Até ao final do ano, a polícia emitiu mandados de detenção contra um total de 34 pessoas que residiam no estrangeiro.

Em fevereiro, o Hong Kong Democracy Council, sediado nos EUA, salientou que, até ao final de 2024, 38 familiares e 12 pessoas a eles associadas em Hong Kong tinham sido detidos pela polícia para colaborar nas investigações ao abrigo da legislação da segurança nacional, devido às suas relações pessoais com ativistas no estrangeiro «procurados»

Em 2 de dezembro, o secretário da Segurança proibiu o funcionamento em Hong Kong da organização sediada no Canadá «Hong Kong Parliament» e da organização sediada em Taiwan «Hong Kong Democratic Independence Union». Foi a primeira vez que o Governo de Hong Kong invocou os seus poderes ao abrigo do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional para proibir organizações consideradas subversivas.

Em setembro, o Gabinete de Segurança emitiu orientações para todos os funcionários públicos, a fim de os sensibilizar para a salvaguarda da segurança nacional.

O quinto aniversário da Lei da Segurança Nacional foi assinalado com uma exposição na Galeria de Exposições sobre Educação para a Segurança Nacional no Museu de História de Hong Kong.

Em 18 de julho, entraram em vigor as «Regras Gerais para a Governação das Prisões» revistas, que habilitam o Departamento dos Serviços Correcionais a restringir o acesso dos reclusos a advogados e outros visitantes por razões de segurança nacional.

Em 25 de junho, o Conselho Legislativo aprovou o Decreto relativo aos sindicatos (alteração) de 2025 — cuja entrada em vigor está prevista para 5 de janeiro de 2026. A lei proíbe, entre outras disposições, que as pessoas condenadas por crimes contra a segurança nacional ocupem cargos de liderança nos sindicatos.

O Guia da Administração Escolar publicado em maio exige que os bibliotecários escolares removam recursos que contenham «elementos que ponham em perigo a segurança nacional ou sejam contrários aos interesses da segurança nacional». Após uma atualização em agosto, o guia estipula ainda que as atividades dos estudantes com organizações externas «não devem envolver conteúdos que ponham em perigo a segurança nacional, nem promover propaganda política e valores inapropriados».

No âmbito da iniciativa «SmartView» relativa às câmaras de videovigilância, as câmaras de televisão em circuito fechado (TVCF) já instaladas nas estações da MTR e nos complexos habitacionais públicos foram ligadas a uma rede policial centralizada.

Surgiram questões sobre uma crescente repercussão do enfoque na segurança nacional no domínio empresarial. Em junho, o Departamento de Higiene Alimentar e Ambiental acrescentou condições de segurança nacional a quase 20 tipos de licenças e autorizações, incluindo restaurantes, padarias, talhos, piscinas e salões de massagem. Estas autorizações podem ser revogadas se os titulares ou os seus empregados e subcontratantes se envolverem em quaisquer «comportamentos ilícitos».

Os ativistas residentes no estrangeiro continuaram a ser vítimas de assédio. Em dezembro, os antigos vizinhos no Reino Unido de Carmen Lau, uma ativista exilada, receberam cartas alegadamente suas com imagens falsificadas digitalmente nas quais surgia como profissional do sexo.

Em 2025, os meios de comunicação social controlados por Pequim em Hong Kong, Wen Wei Po e Ta Kung Pao, exerceram ativamente pressão sobre várias entidades, acusando-as de «resistência branda»: a Liber Research Community, a feira independente do livro e o Instituto de Estudos da Ásia-Pacífico da Universidade Chinesa de Hong Kong, pela divulgação de uma sondagem sobre a taxa de aprovação do Chefe do Executivo.

Em 2025, prosseguiram os esforços para reforçar a segurança nacional e a educação patriótica. No Dia da Educação para a Segurança Nacional, em 15 de abril, mais de 300 jardins de infância, escolas primárias e secundárias, envolvendo quase 160 000 alunos, realizaram cerimónias nacionais de hasteamento de bandeira. O Gabinete de Educação solicitou aos jardins de infância que realizassem cerimónias de hasteamento de bandeira para assinalar o quinto aniversário da Lei da Segurança Nacional, imposta por Pequim em 30 de junho, e disponibilizou aos educadores sugestões de discursos sobre a importância da segurança nacional. Em 1 de julho, as oito universidades com financiamento público organizaram cerimónias de hasteamento de bandeira para assinalar o aniversário da transferência da soberania.

Em 10 de junho, pela primeira vez em oito anos, o Gabinete de Educação publicou uma nova diretriz que atualiza o seu programa curricular de língua inglesa do ensino básico. Enquanto a diretriz anterior tinha colocado a tónica na possibilidade de os alunos «explorarem questões repletas de valores, incluindo os direitos humanos e a igualdade de oportunidades», o novo

«Guia Curricular da Área-Chave de Aprendizagem do Ensino da Língua Inglesa para ensino básico do primeiro ao sexto ano» centrou-se no «reforço da educação para os valores, abrangendo a educação nacional, incluindo a educação patriótica, a educação para a segurança nacional e a educação para a vida».

Em 3 de outubro, o Gabinete de Educação anunciou alterações dos programas curriculares do ensino secundário para História e História Chinesa. Por exemplo, os estudantes aprenderiam mais sobre a fundação do Partido Comunista. A Autoridade de Exames e Avaliação de Hong Kong — responsável pela organização do exame local de admissão à universidade — salientou que os estudantes que realizaram o teste de História Chinesa não citaram o impacto positivo do Grande Salto em Frente.

Em 21 de agosto, foi inaugurada em Pequim a primeira Base de Educação para o Patriotismo para estudantes de Hong Kong e Macau. A Universidade Politécnica de Hong Kong inaugurou a «Base de Educação Patriótica da Universidade Politécnica de Hong Kong (Xi'an)» em 10 de dezembro, em colaboração com a Universidade Jiaotong de Xi'an.

Outros destaques da governação

Em 17 de setembro, o Chefe do Executivo, John Lee, anunciou o penúltimo plano de governação anual do seu atual mandato de cinco anos, salientando o desenvolvimento económico. Em outubro, o Governo publicou o projeto de lei sobre as unidades habitacionais básicas, destinado a eliminar progressivamente os apartamentos subdivididos de qualidade insuficiente.

Em 26 de novembro, a tragédia do incêndio de Tai Po custou a vida a 168 pessoas, incluindo residentes de Hong Kong, trabalhadores domésticos estrangeiros e um bombeiro. A cidade assinalou a perda de vidas com três dias de luto, de 29 de novembro a 1 de dezembro. O porta-voz da UE e o chefe do Gabinete da UE em Hong Kong e Macau, respetivamente, publicaram mensagens nas redes sociais a manifestar a sua solidariedade para com as pessoas afetadas pela tragédia¹³.

O supertufão Ragasa atingiu Hong Kong em 24 de setembro, levando o Observatório de Hong Kong a emitir o sinal do furacão n.º 10, uma vez que a velocidade média do vento ultrapassou os 118 km por hora. Esta tempestade foi o ciclone tropical mais forte da região do Pacífico Norte Ocidental em 2025. Graças ao profissionalismo das autoridades locais envolvidas e à notável resiliência da população de Hong Kong, a cidade regressou rapidamente à normalidade.

Relações externas de Hong Kong

Em 2025, as relações externas de Hong Kong foram marcadas por esforços para diversificar as relações comerciais e económicas com países do Sudeste Asiático, do Médio Oriente e de outros mercados emergentes. Em maio, o Chefe do Executivo chefiou uma delegação numa visita de seis dias ao Catar e ao Koweit. Entretanto, o secretário das Finanças, Paul Chan, visitou a Arábia Saudita em outubro. Cancelou uma visita ao Japão agendada para meados de dezembro, num contexto de tensões crescentes entre Tóquio e Pequim.

¹³ https://www.eeas.europa.eu/delegations/hong-kong/tai-po-fire-eu-office-extends-condolences-and-solidarity_en?s=239.

O Governo enviou uma equipa de salvamento para Mianmar na sequência de um terramoto de magnitude 7,6 que aí ocorreu em março.

Em 30 de maio, o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, participou na cerimónia de assinatura da Convenção sobre a Criação da Organização Internacional para Mediação. No final de 2025, a Convenção contava com 38 signatários, incluindo a China. Wang Yi explicou que a criação do organismo de mediação constitui uma «nova opção para a comunidade internacional sanar litígios e alcançar a reconciliação». A organização iniciou oficialmente as suas atividades em 20 de outubro. Teresa Cheng, antiga secretária da Justiça em Hong Kong, foi nomeada secretária-geral inaugural.

A cerimónia de abertura da Academia Internacional de Provedores de Justiça de Hong Kong teve lugar em 25 de agosto. A Academia destina-se a promover o intercâmbio e a cooperação internacionais, melhorando simultaneamente a qualidade da administração pública local.

A Associação de Fraternidade Externa de Hong Kong («Hong Kong Association for External Friendship»), sob a supervisão da Associação Popular Chinesa para a Fraternidade com Países Estrangeiros («Chinese People's Association for Friendship with Foreign Countries»), realizou a sua cerimónia de inauguração em 5 de julho.

Prosseguiu a emigração a partir de Hong Kong. Em setembro de 2025, o Ministério da Administração Interna do Reino Unido anunciou que tinha recebido mais de 230 000 pedidos apresentados por titulares de um passaporte de cidadão britânico do ultramar oriundos de Hong Kong para beneficiar do regime especial de vistos que pode abrir caminho à cidadania. Cerca de 150 000 pessoas tinham chegado ao Reino Unido ao abrigo do regime. O Canadá e a Austrália continuaram a receber pedidos de visto ao abrigo de regimes de imigração específicos para residentes de Hong Kong.

Em 10 de julho, o presidente dos EUA prorrogou o estatuto de «emergência nacional» relativamente a Hong Kong, mantendo a revogação dos privilégios comerciais especiais que os EUA tinham concedido a Hong Kong. O estatuto proíbe igualmente a exportação de tecnologias sensíveis para a cidade.

Em 31 de março, os EUA anunciaram sanções contra seis funcionários de Hong Kong e do continente por «repressão transnacional» de ativistas da oposição ao abrigo da legislação em matéria de segurança nacional. Os seis funcionários são: o secretário da Justiça, Paul Lam; o comandante de polícia, Raymond Siu (que se reformou em 1 de abril); o secretário-geral do Comité de Salvaguarda da Segurança Nacional em Hong Kong, Sonny Au; o diretor do Gabinete Continental para a Salvaguarda da Segurança Nacional do Governo central, Dong Jingwei; e os vice-comandantes da polícia (Segurança Nacional), Dick Wong e Margaret Chiu. É a quinta vez que os EUA impõem sanções a funcionários de Hong Kong.

Em 10 de abril, foi recusada a entrada em Hong Kong, numa viagem pessoal, à deputada britânica Wera Hobhouse. Terá sido a primeira deputada britânica a quem foi recusada a entrada à chegada a Hong Kong desde 1997.

Em agosto, o ministro de Estado dos Assuntos Internos do Reino Unido confirmou alterações jurídicas ao tratamento dos pedidos de extradição de Hong Kong numa base casuística.

Durante o ano, um ativista residente no Reino Unido e um antigo deputado na Austrália confirmaram que tinham recebido o estatuto de asilo dos respetivos países de acolhimento.

Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades

Em 2025, Hong Kong continuou a apresentar maus resultados em várias classificações mundiais relacionadas com os direitos. De acordo com um relatório da ONG Freedom House, Hong Kong era um território «parcialmente livre» em 2025, com uma pontuação de 40 em 100. De acordo com o Índice de Democracia de 2024 elaborado pela Economist Intelligence Unit e publicado em fevereiro de 2025, Hong Kong ocupava o 87.º lugar entre 167 países ou territórios. O índice classificou novamente Hong Kong como um «regime híbrido», com uma pontuação global de 5,09 em 10.

De acordo com o relatório «**Cooperação com as Nações Unidas, os seus representantes e mecanismos no domínio dos direitos humanos**»¹⁴, publicado pelo secretário-geral das Nações Unidas e entregue ao Conselho dos Direitos Humanos em 17 de setembro, dois membros do pessoal do Hong Kong Democracy Council, sediado nos EUA, Anna Kwok e Carmen Lau, «foram alegadamente objeto de represálias pela sua cooperação anterior e em curso com as Nações Unidas, nomeadamente no contexto do quarto ciclo do exame periódico universal da China pelo Conselho dos Direitos Humanos». O relatório faz igualmente referência a represálias contra Chow Hang-tung e os dois membros da equipa jurídica internacional que apoia Jimmy Lai e o seu filho Sebastien.

Em 3 de fevereiro, os Governos chinês e de Hong Kong apresentaram o seu relatório periódico ao Comité das Nações Unidas contra a Tortura, inicialmente previsto para 2019, com um atraso de seis anos.

Em 8 de setembro, o Relator Especial das Nações Unidas para a independência dos juizes e advogados e o Relator Especial das Nações Unidas para a promoção e defesa do direito à liberdade de opinião e de expressão¹⁵ manifestaram «sérias» preocupações quanto ao facto de o advogado Kevin Yam, agora residente na Austrália, ter sido eliminado do Registo de Advogados «sem ter violado nenhum dos estatutos ou o Código de Conduta da Ordem de Advogados».

Em 9 de dezembro, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, manifestou a sua preocupação com os relatos de que o Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional tinha sido utilizado para «reprimir pessoas que apelavam a uma investigação sobre o incêndio fatal [de Tai Po]»¹⁶.

A liberdade de imprensa continuou sob pressão. No Índice anual da Liberdade de Imprensa dos Repórteres Sem Fronteiras, publicado em maio, Hong Kong caiu mais cinco posições para o 140.º lugar. A cidade entrou, pela primeira vez, na «zona vermelha» do índice — indicando uma situação «muito grave». O declínio foi atribuído à condenação dos editores do Stand News pelo crime de «sedição» em setembro de 2024.

¹⁴ <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc6062-cooperation-united-nations-its-representatives-and-mechanisms>.

¹⁵ <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=30342>.

¹⁶ <https://news.un.org/en/story/2025/12/1166548>.

Foi recusada a entrada a jornalistas internacionais em várias ocasiões. Os pedidos de visto de trabalho foram recusados, incluindo à jornalista da Bloomberg Rebecca Choong Wilkins.

A autocensura foi generalizada: no inquérito sobre a liberdade de imprensa de 2024/25, realizado pelo Foreign Correspondents' Club (Clube de Correspondentes Estrangeiros — FCC) de Hong Kong, publicado em abril, 65 % dos membros inquiridos revelaram que se autocensuravam, enquanto 33 % consideravam abandonar a cidade devido à falta de liberdade de imprensa. O Índice da Liberdade de Imprensa, elaborado pela Associação de Jornalistas de Hong Kong e divulgado em outubro, situava-se nos 28,9 pontos numa escala de cem pontos, o que representa uma melhoria em relação aos 25 pontos do ano anterior. A Associação argumentou que «a recuperação do índice não indicava uma melhoria significativa, mas refletia a resiliência dos jornalistas de Hong Kong no panorama atual».

Em 2025, os meios de comunicação social independentes e os jornalistas continuaram a ser alvo de assédio administrativo, designadamente investigações fiscais aparentemente com motivações políticas. A Associação de Jornalistas de Hong Kong revelou, em maio, que pelo menos seis meios de comunicação independentes — incluindo a Hong Kong Free Press (HKFP), a Hong Kong Inmedia e a The Witness — foram confrontados com auditorias fiscais simultâneas e pedidos retroativos da Administração Fiscal de Hong Kong. Além disso, foram afetadas 20 pessoas ligadas a meios de comunicação social independentes, incluindo a presidente da Associação de Jornalistas de Hong Kong, Selina Cheng, recentemente reeleita.

As associações de jornalistas depararam-se repetidamente com dificuldades em conseguir arranjar locais para eventos. A Associação de Jornalistas de Hong Kong viu-se, por isso, obrigada a cancelar um jogo de futebol em janeiro e o seu jantar de gala anual em fevereiro, enquanto a Associação de Fotógrafos de Imprensa de Hong Kong foi impedida de organizar uma exposição em novembro para assinalar o seu 35.º aniversário.

Neste contexto cada vez mais difícil, a Associação de Jornalistas de Hong Kong realizou eleições em junho para selecionar um novo Comité Executivo sem divulgar publicamente os nomes dos membros recém-eleitos.

Em setembro, o Conselho Legislativo aprovou o projeto de lei de 2025 relativo ao registo de títulos e terras (alterações diversas), que já não permitia aos jornalistas aceder aos registos prediais oficiais, restringindo o âmbito do jornalismo de investigação.

A repórter responsável pela política externa e de defesa chinesa do South China Morning Post, Minnie Chan, detida desde outubro de 2023, ainda se encontrava, alegadamente, detida na China continental no final de 2025.

A Radio Free Asia cessou as suas operações de conteúdos em língua cantonesa a partir de 1 de julho, na sequência da cessação do financiamento pela United States Agency for Global Media. Fundado em 1996, o órgão noticioso privado e sem fins lucrativos produziu frequentemente conteúdos que foram criticados pelo Governo de Hong Kong.

Em 2025, o poder judicial de Hong Kong também fez cumprir a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Em 7 de agosto, o Tribunal de Última Instância indeferiu o pedido da Autoridade das Comunicações no sentido de revogar uma decisão anterior segundo a qual uma sátira política emitida pelo organismo de radiodifusão financiado pelo Governo, Radio Television Hong Kong (RTHK), não constituía uma violação do seu código. Tratou-se de uma

decisão favorável à RTHK Programme Staff Union e à Associação de Jornalistas de Hong Kong, que, há cinco anos, apresentaram a impugnação inicial contra uma advertência emitida pela entidade reguladora relativamente ao programa satírico de atualidades.

Em 2025, a liberdade de expressão e o espaço para opiniões pluralistas foram também objeto de maior pressão. Na sequência do incêndio de Tai Po, que custou a vida a 168 pessoas, a polícia de segurança nacional deteve o estudante Miles Kwan e o antigo membro da assembleia distrital Cheung Kam-hung com base em acusações de sedição. Miles Kwan tinha solicitado uma investigação independente sobre o incêndio, enquanto Cheung Kam-hung se tinha oferecido no local para organizar bens doados para as pessoas afetadas pelo incêndio.

Em fevereiro de 2025, o instituto de sondagens independente Hong Kong Public Opinion Research Institute (PORI) suspendeu as suas atividades de sondagens de opinião política sob forte pressão. O seu presidente, Robert Chung, foi levado duas vezes pela polícia de segurança nacional para prestar assistência numa investigação sobre o auxílio a um dos «fugitivos» — Chung Kim-wah, antigo diretor executivo adjunto do Instituto, que se mudou para o Reino Unido em 2022. Robert Chung foi posteriormente libertado.

O Instituto de Estudos da Ásia-Pacífico de Hong Kong da Universidade Chinesa de Hong Kong não divulgou quaisquer resultados de sondagens desde junho, nem taxas de aprovação do Governo de Hong Kong e do Chefe do Executivo.

A pressão política também continuou a afetar as atividades culturais. A prática de cancelar projeções cinematográficas e espetáculos culturais selecionados considerados críticos também prosseguiu em 2025. O Festival de Cinema Francês de Hong Kong teve duas entradas canceladas, incluindo o «Caso 137», que destaca a forma como a polícia francesa lidou com os protestos. O cineasta local Kiwi Chow queixou-se, em novembro, de que tinha esperado quatro meses para ser informado de que o seu último drama «Prazo» não obteria aprovação para exibições em Hong Kong; o processo demoraria normalmente cerca de 14 dias.

Em consulta com o Gabinete da Cultura, do Desporto e do Turismo, a Autoridade Distrital Cultural de West Kowloon cancelou a reencenação de «We Are Gay», uma peça da dramaturga premiada Candace Chong, em 18 de outubro, pouco antes do início das vendas de bilhetes. A Autoridade explicou que tinha recebido queixas de que o trabalho — centrado num romance homossexual — «promove o confronto» e «difama Hong Kong».

Em 30 de maio, o cantor-compositor Sunny Lam, conhecido por reescrever letras de canções para satirizar assuntos da atualidade, anunciou o cancelamento dos seus dois concertos previstos para 1 e 2 de junho no Distrito Cultural de West Kowloon, invocando uma «avaliação cuidadosa».

Prosseguiram as críticas oficiais à «resistência branda» no âmbito de atividades culturais, por exemplo, de uma feira do livro independente organizada em julho.

No entanto, o acesso à informação e a liberdade de expressão em Hong Kong continuaram a ser consideravelmente mais livres do que na China continental. O acesso amplamente aberto à Internet continuou a permitir que os nacionais de Hong Kong acessem a meios de comunicação social independentes em linha. No final do ano, a autoridade governamental competente concedeu ao Foreign Correspondents' Club uma renovação do seu contrato de arrendamento no local atual por mais três anos.

A liberdade de religião manteve-se, em grande medida, intacta em Hong Kong. No entanto, o espaço para os grupos ou líderes religiosos mostrarem vozes dissidentes continua a ser fortemente limitado. Pelo quarto ano consecutivo, a Diocese Católica de Hong Kong não celebrou missas públicas para comemorar a repressão da Praça Tiananmen.

Em abril, o tribunal local autorizou o Cardeal Católico Joseph Zen Ze-kiun, de 93 anos, que se encontra em liberdade sob caução desde a sua detenção em 2022, acusado de conluio estrangeiro, com o seu passaporte confiscado pela polícia de segurança nacional, a deslocar-se ao Vaticano para assistir ao funeral do Papa Francisco. Alegadamente, foi proibido de dar entrevistas aos meios de comunicação social durante a sua viagem.

Não há sinais de recuperação da liberdade de reunião para manifestações pacíficas. Pelo sexto ano consecutivo, não se realizou a vigília anual à luz das velas no Parque Vitória em 4 de junho, um grande evento inicialmente organizado pelo grupo da sociedade civil Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos e Patrióticos para assinalar a repressão de Tiananmen em 1989. O Gabinete da UE voltou a colocar velas nas suas janelas nesse dia, a título de evocação.

Em 4 de junho, a polícia deteve duas pessoas perto do Parque Victoria e retirou outras dez. As duas pessoas foram detidas por não terem apresentado um documento de identidade e por suspeita de obstrução aos agentes da polícia, respetivamente.

Em relação à comemoração, o proprietário do veículo com matrícula «US 8964» — um conjunto de números associados à data da repressão de Tiananmen em 1989 — decidiu mudar-se para o Reino Unido, uma vez que a sua família foi vítima de assédio no trabalho e na escola. O proprietário descobriu ainda que a sua conta no Departamento dos Transportes estava «bloqueada», o que significava que quaisquer transações relacionadas com as suas chapas de matrícula e veículos tinham de ser aprovadas pela polícia.

As áreas de demonstração tradicionais junto ao edifício do Conselho Legislativo continuam encerradas. No entanto, realizaram-se pequenas manifestações, sob forte escrutínio policial, no terceiro aniversário da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia. Agentes da polícia à paisana verificaram as identificações dos participantes e jornalistas no local. Houve também vários casos de pessoas que protestaram em apoio da Palestina em frente ao consulado dos EUA sem interferência das autoridades.

As autoridades continuaram a desencorajar manifestações para assinalar o 1.º de maio, Dia do Trabalhador, alargando também a pressão a grupos pró-governamentais, como a Federação Sindical e a Federação dos Sindicatos de Hong Kong e Kowloon, que costumavam assinalar o 1.º de maio, Dia do Trabalhador, antes de 2020. Em abril de 2025, a polícia manifestou alegadamente preocupações quanto à manutenção da ordem durante um potencial protesto, o que levou o sindicato a cancelar o evento.

Em fevereiro, a Hong Kong Tele-call Taxi Association cancelou uma greve de cinco dias prevista depois de o Chefe do Executivo de Hong Kong ter alertado para o facto de essa ação poder prejudicar «os interesses da população». O sindicato tinha exigido medidas repressivas contra os serviços de veículos de aluguer com condutor sem licença.

Ao mesmo tempo, as autoridades continuaram a proporcionar uma ampla margem para protestos encenados por grupos pró-governamentais que criticam a UE, bem como países que partilham as mesmas ideias. Em 2025, realizaram-se quatro manifestações deste tipo em frente ao edifício do Gabinete da UE, em reação às declarações da UE relacionadas com os direitos humanos.

A liberdade de associação continuou sob forte pressão em 2025. Vários grupos proeminentes da sociedade civil dissolveram-se. Em 28 de fevereiro, a associação sem fins lucrativos Hong Kong Unison, que se tinha concentrado nos direitos das minorias étnicas, decidiu dissolver-se após 24 anos de funcionamento. Em 12 de junho, a China Labour Bulletin, sediada em Hong Kong, fundada pelo sindicalista Han Dongfang em 1994, anunciou a sua decisão de se dissolver, invocando dificuldades financeiras e endividamento. O grupo apoiou os movimentos trabalhistas de Hong Kong na China continental. Em 30 de junho, o grupo Riders' Rights Concern, fundado em 2021 e centrado nos direitos dos trabalhadores do setor das entregas, anunciou que cessaria as suas atividades com efeitos imediatos.

Em 1 de agosto, o Society for Protection of the Harbour, com 29 anos, um proeminente grupo de conservação que fez campanha com êxito pela proteção jurídica do Porto de Vitória em 1997, anunciou a sua dissolução, citando as recentes alterações legislativas que facilitam a recuperação de terras que comprometeram a sua missão. Embora o grupo contasse com o apoio dos antigos chefes do executivo da cidade, Tung Chee-hwa e Carrie Lam, o Ta Kung Pao, apoiado por Pequim, acusou o grupo de «resistência branda».

Em 22 de agosto, o Governo publicou avisos para retirar quase 300 grupos do registo das sociedades, argumentando que se acreditava que as organizações «tinham deixado de existir». Entre os grupos estavam seis grupos pró-democracia agora extintos, incluindo o Scholarism — fundado pelo ativista detido Joshua Wong e pelo grupo político pró-democracia People Power.

Ao longo do último ano, vários grupos da sociedade civil viram-se confrontados com cancelamentos de última hora de locais de eventos. Por exemplo, um dia antes do fórum sobre ecoturismo, em 22 de junho, a Universidade Chinesa de Hong Kong informou a Greenpeace de que o seu local necessitava de reparações, o que obrigou a que o evento fosse realizado em linha.

Esta evolução também se estendeu aos membros do Corpo Diplomático. Numa entrevista publicada em julho, o cônsul-geral dos EUA cessante, Gregory May, revelou que a missão diplomática enfrentava dificuldades «crescentes» na procura de locais para eventos, tendo os anfitriões desistido à última hora em várias ocasiões, com alguns a alegarem pressão por parte das autoridades.

Em 15 de abril, a Amnistia Internacional anunciou o lançamento de uma nova secção de Hong Kong no estrangeiro, na sequência do encerramento dos seus escritórios na cidade em 2021. O Gabinete é dirigido por ativistas de Hong Kong que operam a partir da Austrália, do Canadá, de Taiwan, do Reino Unido e dos Estados Unidos.

A liberdade académica continua sob pressão, com autocensura generalizada, em especial nas ciências sociais e humanas. Em 2025, as oito universidades financiadas por fundos públicos tiveram de assinar um novo acordo de responsabilização, que inclui cláusulas que exigem que as universidades sigam o «aconselhamento e orientação» do Governo central e se alinhem com as observações do líder chinês Xi Jinping.

O Instituto dos Estudos Ásia-Pacífico de Hong Kong da Universidade Chinesa de Hong Kong suspendeu os seus contratos com dois bolseiros de investigação seniores honorários — o antigo diplomata dos EUA Morton Holbrook e o académico taiwanês Hsin-Huang Hsiao — no contexto das críticas do Ta Kung Pao, controlado por Pequim, emitidas em 30 de julho.

Em agosto, a Universidade de Hong Kong e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong juntaram-se à Universidade de Tsinghua para coorganizarem a conferência «Perspetivas Comparativas Globais sobre Sínquiao».

Todos os académicos de instituições académicas sediadas em Hong Kong retiraram a sua participação na «Terceira Conferência Internacional sobre Estudos Globais de Hong Kong: Resiliência e Transformação», organizada pelo Instituto de Sociologia da Academia Sinica, em Taiwan, no início de dezembro — alegadamente devido a pressões políticas.

No entanto, o setor do ensino superior em Hong Kong recebeu um reconhecimento positivo das tabelas classificativas no último ano. Na classificação QS World University Rankings 2026, publicada em junho, cinco universidades de Hong Kong estavam entre as 100 melhores do mundo. Uma instituição subiu seis lugares para o 11.º lugar a nível mundial, o seu melhor desempenho de sempre. Na classificação mundial das universidades, Times Higher Education, de 2026 publicada em outubro, seis instituições de Hong Kong figuravam entre as 200 melhores universidades do mundo, um recorde para a cidade.

Em 2025, assistiu-se a um panorama heterogéneo dos direitos das pessoas LGBTIQ+. Em 10 de setembro, o Conselho Legislativo rejeitou o projeto de lei sobre as uniões entre pessoas do mesmo sexo, que teria estabelecido um quadro alternativo para o reconhecimento das uniões homossexuais, em conformidade com um acórdão do Tribunal de Última Instância de setembro de 2023. Setenta e um dos 87 deputados votaram contra o projeto de legislação, 14 votaram a favor e um absteve-se. Este foi o primeiro e único projeto de lei proposto pelo Governo votado pelo então Conselho Legislativo durante o seu mandato de quatro anos.

Nos termos do projeto de lei proposto, os casais do mesmo sexo teriam primeiro de ter as suas uniões registadas fora de Hong Kong. O mecanismo concederia depois aos casais um número limitado de direitos relativos a questões médicas e pós-morte. O documento referia expressamente que o quadro não seria equivalente ao casamento.

Ainda assim, o projeto de lei foi alvo de críticas por parte dos principais partidos políticos da cidade e da comunidade LGBTIQ+. Para os grupos conservadores, o quadro teria efetivamente reconhecido as relações entre pessoas do mesmo sexo como casamentos, ao passo que, para alguns membros da comunidade LGBTIQ+, o quadro não proporcionava uma proteção suficiente dos seus direitos. A comissão responsável pelos projetos de lei que analisou a legislação proposta convidou o público a apresentar as suas observações. Foram recebidas mais de 10 000 observações. De acordo com as autoridades, apenas 19 % apoiavam o projeto de lei.

Na sequência do veto do projeto de lei pelo Conselho Legislativo, o Chefe do Executivo comprometeu-se, em 16 de setembro, a anunciar medidas administrativas como solução para satisfazer o requisito constitucional antes do prazo de 17 de outubro, tal como mandatado pelo Tribunal de Última Instância. Até ao final do ano, não tinham surgido quaisquer pormenores sobre as medidas anunciadas. Os jurisconsultos emitiram advertências sobre os danos para o

Estado de direito em Hong Kong na eventualidade de resposta insuficiente à obrigação jurídica imposta pelo Tribunal de Última Instância.

Embora tenha havido apelos no sentido de convidar o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional a interpretar a Lei Básica sobre a questão, anulando assim a decisão do Tribunal de Última Instância, as autoridades abstiveram-se de exercer influência. O Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau, sob a égide do Conselho de Estado, só publicou um artigo de opinião após o veto, argumentando que a votação estava em consonância com a realidade social de Hong Kong e refletia os valores sociais convencionais. O artigo referia igualmente que a administração, o poder legislativo e o poder judicial tinham tratado a questão em conformidade com a lei.

No início do ano, o Conselho Legislativo já tinha aprovado uma moção não vinculativa sobre a «defesa do sistema de casamento monogâmico e heterossexual em Hong Kong». Sessenta e nove votaram a favor da moção, 0 contra e 10 abstiveram-se.

Entretanto, os grupos LGBTIQ+ enfrentaram dificuldades crescentes na organização de eventos. Os organizadores do Pink Dot, um evento empresarial em grande escala de apoio aos direitos das pessoas LGBTIQ+ agendado para 12 de outubro, revelaram, em 31 de julho, que o parceiro inicial do evento tinha recusado arrendar o seu espaço sem mais explicações. O evento acabou por realizar-se sob a forma de um concerto em linha. O evento ao ar livre do Festival Rainbow, organizado pela Comissão do Orgulho Gay de Hong Kong, não pôde realizar-se num local ao ar livre, como anteriormente previsto, em 29 de novembro, uma vez que o local ficou indisponível devido a «obras».

No entanto, puderam realizar-se outros eventos comunitários. Em 17 de maio, um grupo de ONG locais sob a liderança da Gay Harmony organizou com êxito uma feira pública de rua em apoio do projeto de lei sobre o registo das uniões entre pessoas do mesmo sexo no contexto do Dia Internacional Contra a Homofobia, Bifobia, Transfobia e Interfobia («IDAHOBIT»). O Pride Bazaar anual, organizado pela ONG Gay Harmony, regressou pela quinta vez e decorreu entre 14 e 15 de junho num local não público.

O poder judicial de Hong Kong continuou a promover os direitos das pessoas LGBTIQ+. Em 23 de julho, o Supremo Tribunal deu provimento à queixa de um litigante anónimo de que o Governo tinha violado o seu dever constitucional de salvaguardar os direitos fundamentais dos residentes ao criminalizar a utilização indevida de sanitários públicos em detrimento da comunidade transgénero. O Governo interpôs recurso do acórdão.

Por outro lado, em 9 de setembro, o Tribunal Superior pronunciou-se a favor de um casal de lésbicas que pretendia incluir o nome da companheira da mãe biológica na certidão de nascimento do seu filho. O casal, uma cidadã de Hong Kong e uma sul-africana, casou-se no estrangeiro em 2019. A criança foi concebida através de fertilização *in vitro*.

No que diz respeito aos requerentes de asilo, o Governo reforçou a sua capacidade de tratamento. Em fevereiro, o poder judicial nomeou o primeiro juiz-adjunto do Tribunal de Primeira Instância para tratar exclusivamente os processos relativos a pedidos de não repulção.

Os trabalhadores domésticos estrangeiros em Hong Kong continuam a ser um grupo vulnerável. Em junho, o Tribunal de Última Instância negou provimento ao recurso judicial de uma trabalhadora doméstica estrangeira que alegava que a polícia não tinha investigado a sua

queixa contra o seu empregador devido à ausência de legislação específica contra o trabalho forçado.

Os direitos dos reclusos continuaram a ser motivo de preocupação. As Regras Penitenciárias (alteração) de 2025 entraram em vigor em 18 de julho, restringindo os direitos de visita. O Departamento dos Serviços Correcionais pode agora restringir ou mesmo proibir uma pessoa — incluindo advogados e líderes religiosos — de visitar um recluso por determinados motivos, nomeadamente a salvaguarda da segurança nacional. Ao abrigo das regras anteriores, os advogados não enfrentavam restrições e os capelães podiam visitar os reclusos «a qualquer hora razoável».

Ao longo do ano, grupos fora de Hong Kong e familiares de pessoas detidas continuaram a manifestar preocupações quanto às condições de detenção, incluindo o recurso ao regime de isolamento e a alegada recusa de acesso a rituais religiosos. Em 2025, Chow Hang-tung, ativista pró-democracia e membro da Aliança de Hong Kong que está detida, foi repetidamente colocada em isolamento.

De acordo com o relatório anual de 2024 publicado pelo Departamento dos Serviços Correcionais em fevereiro de 2025, o número médio diário de pessoas em prisão preventiva atingiu 3 650, um aumento anual de 18 % e um novo recorde desde 2000. No final de 2024, havia 591 pessoas detidas por envolvimento em infrações relacionadas com os protestos de 2019 e a legislação em matéria de segurança nacional, o que representa uma diminuição de 24 % em termos homólogos.

II. Evolução económica

Hong Kong exerce uma autoridade independente na aplicação de acordos comerciais e define a política monetária de forma autónoma em relação à China continental. Em 2025, Hong Kong continuou a ser uma jurisdição juridicamente distinta da China continental no que se refere a questões de política económica. Conservou uma moeda própria, não restringida por limitações de capital, bem como estruturas regulamentares distintas para supervisionar as empresas que desenvolvem atividades no seu território.

Hong Kong foi o **terceiro maior destino mundial de IDE** em 2024, de acordo com o Relatório sobre o Investimento Mundial de 2025 publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento¹⁷. Além disso, Hong Kong é uma das maiores **economias comerciais** do mundo (sétima em 2024)¹⁸, sendo as suas exportações, em grande medida, constituídas por reexportações.

A economia de Hong Kong é **dominada pelos serviços** (que representam 94 % do PIB), incluindo os serviços financeiros e a logística, enquanto a indústria transformadora representa apenas uma pequena parte do PIB (1 %).

¹⁷ Sítio Web da CNUCED:

<https://unctad.org/topic/investment/world-investment-report>.

¹⁸ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da RAE de Hong Kong
https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=410-51041.

Em 2025, a economia de Hong Kong cresceu pelo terceiro ano consecutivo, com um aumento de 3,5 % do PIB em termos homólogos¹⁹, após um aumento de 2,5 % em 2024. O crescimento económico foi apoiado por bons desempenhos no setor dos serviços financeiros, bem como no comércio e na logística, enquanto os setores relacionados com a construção, o imobiliário e o turismo continuaram a enfrentar desafios.

Em 2025, a inflação manteve-se moderada, com um aumento anual de 1,4 % do índice de preços no consumidor durante o ano. **A taxa de desemprego** situava-se nos 3,6 % em dezembro de 2025, o que representa um aumento em relação aos 3,0 % registados em dezembro de 2024.

O setor do comércio e da logística continuou a crescer durante o ano. O valor do comércio externo de mercadorias de Hong Kong aumentou 15,5 % para 10,93 biliões de HKD (1,2 biliões de EUR)²⁰ no ano (após um aumento de 7,3 % em 2024). A posição de Hong Kong enquanto plataforma de comércio de mercadorias é amplamente apoiada pelo seu papel de centro de trânsito e reexportação.

O setor financeiro foi apoiado por um aumento das ofertas públicas iniciais (OPI). Houve 119 OPI em Hong Kong em 2025 (um aumento em relação a 71 em 2024) e o montante total angariado através das OPI aumentou 226,8 % em termos homólogos, para 285,8 mil milhões de HKD (31,7 mil milhões de EUR). Hong Kong foi, em termos de valor, o maior centro mundial de OPI em 2025. Durante o ano, o **índice Hang Seng de Hong Kong** recuperou 29,7 %, enquanto a **capitalização bolsista** da Bolsa de Valores de Hong Kong aumentou 34,2 %, para 47,4 biliões de HKD (5,3 biliões de EUR). O volume de negócios médio diário do mercado aumentou 89,5 % em termos homólogos, para 249,8 mil milhões de HKD (27,7 mil milhões de EUR). No final de outubro de 2025, Hong Kong era o sexto maior mercado bolsista do mundo e o terceiro maior mercado bolsista asiático por capitalização bolsista, bem como o maior centro de negócios *offshore* a nível mundial, em renmimbi.

O turismo e os setores conexos dependentes do turismo ainda não recuperaram para o seu nível de 2018, que foi o último ano «normal» para os fluxos turísticos com destino a Hong Kong antes do início da pandemia de COVID-19. Hong Kong recebeu 49,9 milhões de visitantes em 2025, o que representa um aumento anual de 12,1 %, mas apenas 76,6 % do número de visitantes registado em 2018. Os visitantes da China continental representaram 75,8 % do total, ou seja, 37,8 milhões. Os visitantes em Hong Kong também gastaram menos *per capita* durante o ano e, consequentemente, o total dos gastos dos turistas durante os primeiros nove meses de 2025 (o último período para o qual existem dados disponíveis) aumentou 5,8 % em termos homólogos (em comparação com um aumento de 12,1 % nas chegadas). O valor das **vendas a retalho** (que estão expostas aos gastos dos turistas) aumentou apenas moderadamente, 1,0 % em termos homólogos, para 380 mil milhões de HKD (42,2 mil milhões de EUR), durante o ano, o que representou apenas 78 % do seu nível em 2018. O fraco desempenho do comércio retalhista foi também agravado pelo facto de os residentes de Hong Kong se deslocarem à cidade vizinha de Shenzhen para compras e lazer.

¹⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
https://www.censtatd.gov.hk/en/press_release_detail.html?id=5724.

²⁰ Convertido para euros, sendo 1 EUR = 9,01 HKD (no final de dezembro de 2025)

https://commission.europa.eu/funding-and-tenders/procedures-guidelines-tenders/information-contractors-and-beneficiaries/exchange-rate-inforeuro_pt.

O setor da aviação e os setores conexos continuaram a recuperar em 2025, mas o número de voos e de passageiros no Aeroporto Internacional de Hong Kong manteve-se abaixo dos níveis anteriores à pandemia. Em 2025, o número de voos de e para Hong Kong aumentou 8,7 %, para 394 732, e o número de passageiros aumentou 15,0 %, para 60,8 milhões, mas estes valores foram ainda, respetivamente, 6,0 % e 14,6 % inferiores aos de 2019. O transporte aéreo de mercadorias aumentou 2,8 % em termos homólogos, para 5,0 milhões de toneladas, em 2025 (também 7,1 % acima de 2019). Hong Kong manteve a sua posição de plataforma logística aeroportuária mais movimentada do mundo durante o ano. Com uma terceira pista já operacional, Hong Kong tem capacidade para 120 milhões de passageiros e 10 milhões de toneladas de carga.

O sistema de indexação da taxa de câmbio da RAE manteve-se em vigor durante o ano, num intervalo entre 7,75 HKD e 7,85 HKD para 1 USD. Os ativos de reserva em moeda estrangeira mantiveram-se, na sua maioria, estáveis, terminando 2025 em 427,9 mil milhões de USD, um ligeiro aumento face a 421,5 mil milhões de USD no final de 2024.

O orçamento apresentado em fevereiro de 2025 previa um défice consolidado para o exercício de 2025-2026 (encerrado em 31 de março de 2026) de 163 mil milhões de HKD (18,1 mil milhões de EUR), excluindo as receitas da emissão de títulos de dívida pública. A situação orçamental melhorou durante o ano. Os analistas previram que a conta de exploração do orçamento do Governo se transformasse num excedente no final do exercício encerrado em março de 2026, enquanto a conta consolidada (conta de exploração + balança de capital) continuaria a registar um défice (sexto défice de Hong Kong em sete anos). Os défices foram financiados através da emissão de títulos de dívida pública e da utilização das reservas orçamentais de Hong Kong. Em dezembro de 2025, a dívida pública ascendia a cerca de 12,4 % do PIB, um aumento em relação à quase inexistência de dívida em 2019.

Ambiente empresarial

A perceção do ambiente empresarial de Hong Kong na comunidade empresarial europeia melhorou moderadamente em 2025. Tal foi demonstrado num inquérito às empresas suecas sobre o clima empresarial, publicado em maio de 2025²¹ (o inquérito às empresas suecas), e num inquérito à confiança das empresas alemãs, realizado em agosto de 2025 (o inquérito às empresas alemãs)²². No inquérito às empresas alemãs, a confiança das empresas atingiu o seu nível mais elevado desde o início do inquérito em 2019. A confiança situou-se nos 3,84 (numa escala de 1 a 5), um aumento face a 3,36 em 2024 e a 2,30 em 2022 (a mais baixa de sempre). No inquérito às empresas suecas, o clima empresarial de Hong Kong foi classificado com uma pontuação de 3,3 (em 5), o que representa um aumento em relação a 3,1 em 2024.

As empresas continuam, em grande medida, a considerar Hong Kong um **centro empresarial competitivo** com uma forte proposta de valor. Ter sede em Hong Kong proporciona, nomeadamente, as seguintes vantagens: um sistema fiscal simples e impostos baixos; a sua localização geográfica, conectividade e acesso à China continental; a facilidade de fazer negócios; a livre circulação de capitais e plena convertibilidade do dólar de Hong Kong; o

²¹ Inquérito sobre o clima empresarial às empresas suecas na RAE de Hong Kong de 2025, realizado pela Business Sweden, pela Câmara de Comércio Sueca e pelo Consulado Geral da Suécia

<https://www.business-sweden.com/insights/reports/business-climate-surveys/hong-kong-sar-business-climate-survey-2025/>.

²² Inquérito sobre a confiança das empresas de 2025, realizado pela German Industry and Commerce Ltd. e pela Câmara de Comércio Alemã em Hong Kong

<https://hongkong.ahk.de/en/news/german-business-in-hong-kong-2025>.

sistema de direito consuetudinário; segurança dos dados, baixo nível de corrupção e elevada segurança pública. As empresas consideram importante que estas vantagens se mantenham no futuro. A perceção da abertura económica de Hong Kong refletiu-se no inquérito às empresas suecas, que classificaram Hong Kong como o mercado com o menor número de entraves ao mercado a nível mundial. No inquérito às empresas alemãs, 92,4 % dos inquiridos não estavam a equacionar a deslocalização nos próximos 12 meses (contra 7,6 % que equacionavam a deslocalização parcial) e 31,9 % indicaram planos para novos investimentos em Hong Kong (tendo os restantes inquiridos declarado que não tinham tais planos ou que estavam indecisos).

As empresas de Hong Kong também comunicaram vários desafios. Os principais desafios incluem os **elevados custos** de exploração de uma empresa em Hong Kong (incluindo os custos de mão de obra e de propriedade), o recrutamento e a disponibilidade de **talentos** e as alterações na reserva de talentos de Hong Kong. Uma preocupação adicional das empresas estrangeiras e da UE é a **evolução política e jurídica desde 2019** a nível local, incluindo a aplicação da legislação em matéria de segurança nacional e preocupações com a liberdade de expressão e de informação. No inquérito às empresas alemãs, o clima político foi classificado como a segunda pior área que afeta a competitividade de Hong Kong (a seguir às questões de custos). No inquérito às empresas suecas, 38 % dos inquiridos consideraram que a evolução política teve um impacto negativo ou muito negativo no ambiente empresarial de Hong Kong (contra 51 % em 2024) — sendo a principal preocupação o facto de esta evolução comprometer o estatuto de Hong Kong como centro empresarial internacional e afetar a liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social — enquanto 43 % referiram um impacto neutro e 6 % um impacto positivo. Os dois inquéritos revelaram igualmente as preocupações existentes no que diz respeito ao sistema jurídico e ao sistema judicial. O impacto dos direitos aduaneiros dos EUA no funcionamento das empresas da UE em Hong Kong também foi motivo de preocupação.

Atrair talentos para Hong Kong continuou a ser uma política fundamental do Governo. Durante o ano, a maioria dos trabalhadores atraídos para Hong Kong ao abrigo de vários regimes públicos de atração de talentos eram nacionais da China continental (por exemplo, durante o primeiro semestre de 2025, os dados mais recentes no momento da elaboração do presente documento, 97 % dos pedidos aprovados ao abrigo do regime de admissão de migrantes de qualidade; 87 % ao abrigo do regime de admissão de talentos tecnológicos; e 94 % ao abrigo do regime de isenção para grandes talentos).

Um recente inquérito anual às empresas estrangeiras em Hong Kong, realizado pelo Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong **indicou que o número de empresas estrangeiras (excluindo as empresas da China continental) aumentou 8,7 %** em 2025, em comparação com 2024, para um máximo histórico de 7 980. Tal representa igualmente um aumento em relação aos níveis anteriores à pandemia, com um aumento de 10,2 % em relação a 2019. No entanto, as empresas estrangeiras também eram mais pequenas, contando, em média, com 46,0 trabalhadores por empresa, o que representa uma diminuição de 7,1 % em relação a 2024 (49,5 trabalhadores) e de 15,7 % em relação a 2019 (54,5). Além disso, o número de empresas estrangeiras (não chinesas) com sede regional e escritórios regionais na RAE continuou a ser mais baixo, com uma diminuição de 8,6 % em relação a 2019 (apesar de um ligeiro aumento de 3,9 % em termos homólogos em 2025). Entretanto, em 2025, o **número de empresas da China continental** sediadas em Hong Kong aumentou 17,9 % em termos homólogos e 71,8 % em comparação com 2019 (representam atualmente 27,8 % das empresas não estabelecidas em Hong Kong, contra 19,9 % em 2019).

Em **março de 2025**, o conglomerado **CK Hutchison Holdings Ltd (CK Hutchison)** sediado em Hong Kong anunciou uma importante transação estratégica para vender a maior parte das suas atividades portuárias a nível mundial (43 portos/terminais) em 23 países (excluindo os portos da China continental e de Hong Kong), incluindo a sua participação maioritária na Panama Ports Company (PPC), que explora terminais em ambos os extremos do Canal do Panamá²³. O negócio, avaliado em cerca de 22,8 mil milhões de USD, foi objeto de um acordo de princípio com um consórcio liderado pelo gestor de ativos norte-americano BlackRock Inc. juntamente com parceiros, incluindo a Terminal Investment Limited (TiL) of Mediterranean Shipping Co. (MSC). A transação foi anunciada pela CK Hutchison num contexto de tensões geopolíticas. Durante o ano, vários relatórios assinalaram críticas à venda por funcionários de Hong Kong e da China continental e pressões de Pequim para que um investidor estratégico chinês, alegadamente a COSCO Shipping, participasse no negócio. Em julho de 2025, a **CK Hutchison anunciou** discussões com vista a convidar um importante investidor estratégico da China continental a aderir como membro proeminente do consórcio²⁴. No final de 2025, o negócio não estava concluído e continuava a ser politicamente sensível. Além disso, um acórdão do Supremo Tribunal do Panamá anulou a concessão da CK Hutchinson e, entretanto, a Maersk assumiu a exploração dos dois terminais do Panamá (Balboa e Cristóbal). Esta circunstância pode também complicar qualquer futuro acordo portuário.

Políticas económicas

No seu **discurso político anual, em 17 de setembro de 2025**, o Chefe do Executivo de Hong Kong centrou-se, em grande medida, no desenvolvimento económico e nas políticas económicas. O discurso anunciou a iniciativa de tirar partido das vantagens de Hong Kong enquanto centro empresarial e plataforma de exportação para **apoiar as empresas da China continental na expansão para o estrangeiro**. O discurso político refere uma mudança de orientação estratégica, com as empresas da China continental a explorarem proativamente os mercados emergentes. Em outubro de 2025, o Governo de Hong Kong lançou o Grupo de Trabalho para o Apoio à Internacionalização das Empresas da China continental («Grupo de Trabalho GoGlobal»)²⁵, com o objetivo de mobilizar os escritórios de Hong Kong no estrangeiro, bem como os escritórios de Hong Kong no continente, a fim de incentivar as empresas da China continental a utilizarem Hong Kong para expandir as suas atividades no estrangeiro. O discurso político menciona igualmente os seguintes objetivos: 1) incentivar as empresas da China continental a criarem centrais de tesouraria empresariais e sedes regionais em Hong Kong; 2) ajudar os bancos da China continental a expandir-se para mercados como o Sudeste Asiático e o Médio Oriente; 3) tirar partido da indústria de exposições de Hong Kong como plataforma ideal para que as marcas da China continental «se internacionalizem»; 4) desenvolver serviços de auditoria do carbono para ajudar as empresas que se internacionalizam a cumprir os requisitos internacionais; e 5) mobilizar os serviços jurídicos de Hong Kong para apoiar a expansão das empresas da China continental.

A aceleração do desenvolvimento da **metrópole setentrional** (com uma superfície terrestre planeada e um influxo de população correspondente a cerca de um terço da população de Hong Kong) para «o novo motor de desenvolvimento económico de Hong Kong» foi uma política

²³ Anúncio conjunto da CK Hutchison Holdings Limited e da BlackRock Inc., Global Infrastructure Partners e Terminal Investment Limited https://www.ckh.com.hk/en/media/press_each.php?id=3431.

²⁴ Anúncio da CK Hutchison Holdings Limited

<https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2025/0728/2025072800045.pdf>.

²⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/06/P2025100600200.htm>.

fundamental no discurso político. As iniciativas no discurso político para acelerar o desenvolvimento e promover a participação no mercado incluem i) a introdução de uma abordagem de «desenvolvimento faseado» inspirada na China continental, ii) a redução das receitas relativas a terrenos (*land premium*), permitindo que as receitas sejam pagas por fases e/ou com base na área construída real (e não na área máxima), e iii) a adoção de cessões de terrenos em grande escala (foi lançada uma primeira cessão de terrenos em grande escala em dezembro)²⁶. Um objetivo declarado é também reduzir os custos e o tempo de construção através da integração de tecnologias, materiais e equipamentos de construção da China continental e do estrangeiro. O discurso político anunciou igualmente procedimentos simplificados para a criação de empresas estatutárias de parques industriais (em dezembro, foi criada uma empresa de parques industriais, detida a 100 % pelo Governo, para desenvolver o parque industrial Hung Shui Kiu na metrópole setentrional)²⁷. O reforço da governação foi também um objetivo declarado do discurso político e foi lançada uma Comissão para o desenvolvimento da metrópole setentrional, presidida pelo Chefe do Executivo, que se reuniu pela primeira vez em 29 de setembro. Foram criados três grupos de trabalho no âmbito da Comissão, presididos, respetivamente, pelo secretário das Finanças, pelo secretário-geral da Administração e pelo secretário adjunto das Finanças. O grupo de trabalho para a colaboração no âmbito da estratégia de desenvolvimento da metrópole setentrional, composto pelas autoridades de Hong Kong e de Shenzhen, realizou as suas sexta e sétima reuniões durante o ano.

Durante o ano, prosseguiu o desenvolvimento da metrópole setentrional. O Governo lançou convites à manifestação de interesse, nomeadamente para o transporte ferroviário, o ecoturismo e a cessão de terrenos em grande escala. A metrópole setentrional desempenha um papel importante na estratégia do Governo para reforçar Hong Kong enquanto centro internacional de inovação e tecnologia (I&T). O Governo expropriou um primeiro lote de terrenos²⁸ (ou seja, o Governo recuperou a propriedade de terrenos de proprietários privados ao abrigo do Decreto de Recuperação de Terrenos) no San Tin Technopole — uma nova zona I&T na metrópole setentrional — e foi emitido um plano de desenvolvimento para o tecnopolo²⁹. Foi lançado um concurso público no Sandy Ridge Data Facility Cluster (para instalações de capacidade computacional, dados, inteligência artificial e indústrias digitais)³⁰. A construção dos três primeiros edifícios do Parque de Hong Kong — que faz parte da Zona de Cooperação para a Inovação Científica e Tecnológica de Shenzhen-Hong Kong —, situados em ambas as margens do rio Shenzhen, foi concluída e o Chefe do Executivo abriu oficialmente o parque em 22 de dezembro³¹. Será igualmente construída uma cidade universitária como parte da metrópole setentrional.

As empresas da UE em Hong Kong nos setores da construção, engenharia e infraestruturas consideram que o desenvolvimento da metrópole setentrional proporcionará oportunidades de

²⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/29/P2025122900705.htm>.

²⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/12/20251229/20251229_145136_027.html.

²⁸ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/07/20250710/20250710_174216_088.html.

²⁹ Esboço conceptual do plano de desenvolvimento da indústria da inovação e tecnologia no tecnopolo de San Tin <https://www.info.gov.hk/gia/general/202511/20/P2025112000367.htm>.

³⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/10/P2025100900761.htm>.

³¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/12/20251222/20251222_195653_282.html.

negócio, mas também comunicaram um aumento da concorrência por parte de empresas chinesas nestes domínios.

A fim de reforçar o papel da RAE enquanto **centro de comércio internacional** num contexto geopolítico em evolução, o discurso político anunciou que Hong Kong procurará expandir as suas redes de acordos de comércio e de investimento e abrir novos gabinetes económicos e comerciais. O comércio digital continuará a ser promovido para reduzir os custos e incentivar a eficiência, nomeadamente no que diz respeito ao comércio eletrónico, ao financiamento do comércio e ao acesso das PME ao crédito. Tal inclui igualmente planos para uma maior expansão da janela única de operações comerciais de Hong Kong (para a apresentação digital de documentos comerciais) e para a sua ligação às janelas únicas do continente e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA). Em dezembro, o Governo publicou uma consulta do setor para alterações legislativas sobre a digitalização dos documentos comerciais entre empresas³².

Hong Kong prosseguiu o seu objetivo de se desenvolver como **centro de transação e armazenamento de mercadorias**. O discurso político anunciou objetivos de aumentar a capacidade de armazenamento de ouro para mais de 2 000 toneladas, desenvolver o comércio, a compensação e a gestão de riscos do ouro, conceder benefícios fiscais aos operadores em mercadorias e aprofundar as ligações com os mercados de mercadorias no continente. Durante o ano, a Bolsa de Metais de Londres — detida a 100 % pela Bolsa de Valores de Hong Kong — aprovou vários armazéns de mercadorias em Hong Kong (elevando o total para 13 em dezembro) como parte da sua rede mundial de armazéns³³. Durante o ano, Hong Kong e Shenzhen assinaram um memorando de entendimento para a cooperação no comércio de ouro, a Shanghai Gold Exchange lançou a sua primeira caixa-forte *offshore* em Hong Kong e foi anunciado um sistema de compensação central para o ouro em Hong Kong (estando o início das suas atividades previsto para 2026)³⁴. O Comité Estratégico das Mercadorias, presidido pelo secretário das Finanças, convocou a sua primeira reunião em dezembro³⁵.

De acordo com o discurso político, os navios detidos, geridos ou operados por armadores de Hong Kong representam quase 10 % da tonelagem da frota mercante mundial. Para reforçar **Hong Kong enquanto centro marítimo** num contexto de diminuição do transporte de carga no porto de Hong Kong, o discurso político anunciou a continuação da política de desenvolvimento de serviços marítimos de elevado valor acrescentado (por exemplo, gestão e locação de navios, seguros marítimos, direito marítimo e arbitragem). Anunciou igualmente que o sistema de comunidade portuária³⁶ desenvolvido durante o ano seria lançado no início de 2026, com o objetivo de promover a digitalização, um porto inteligente e a interconectividade intersetorial. O Governo procura igualmente alargar as ligações intermodais com o continente (ferroviárias, marítimas, terrestres e fluviais). No que diz respeito às ligações internacionais,

³² Sítio Web da Bolsa de Valores de Hong Kong

https://www.hkex.com.hk/News/News-Release/2025/251222news?sc_lang=en.

³³ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202509/22/P2025092200492.htm>.

³⁴ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/22/P2025122200457.htm>.

³⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/22/P2025122200602.htm>.

³⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/05/20250516/20250516_192111_708.html.

em novembro, o Chefe do Executivo anunciou o estabelecimento de «relações entre portos parceiros» com dois portos da China continental e com o porto de San Antonio, no Chile³⁷.

Hong Kong tenciona igualmente tornar-se um **centro de transporte marítimo ecológico e de abastecimento de combustível marítimo ecológico**. O discurso político menciona várias iniciativas, tais como i) o desenvolvimento de um corredor de transporte marítimo ecológico, ii) exigir que os navios instalem contadores mássicos, iii) um estudo de viabilidade sobre o abastecimento de amoníaco e hidrogénio renováveis, e iv) facilitar o comércio de combustíveis marítimos ecológicos, incluindo os provenientes do continente. Durante o ano, entrou em vigor legislação para a utilização segura de combustíveis marítimos ecológicos pelos navios³⁸; foi publicado um código de práticas para o abastecimento de combustíveis alternativos³⁹ e lançado um regime de incentivos ao abastecimento de combustíveis marítimos ecológicos⁴⁰. A indústria foi convidada a responder a uma manifestação de interesse no desenvolvimento de instalações de armazenamento de combustíveis marítimos ecológicos⁴¹. Foi adotada uma isenção de direitos sobre o metanol para utilização como combustível marítimo⁴². Foi criada uma plataforma de comunicação sobre o desenvolvimento de combustíveis marítimos ecológicos para facilitar a colaboração entre as partes interessadas do setor⁴³.

Em 2025, o aeroporto de Hong Kong foi o aeroporto de carga mais movimentado do mundo e o Chefe do Executivo anunciou planos para reforçar ainda mais **Hong Kong como plataforma de correspondência aérea internacional**. Os objetivos são: i) tirar partido da terceira pista aberta em 2024 para aumentar o número de passageiros e o transporte de carga no Aeroporto Internacional de Hong Kong, ii) reforçar a rede de transporte intermodal com a Grande Região da Baía e iii) desenvolver a cidade aeroportuária (comércio, exposições e convenções, atividades culturais e de lazer no Aeroporto Internacional de Hong Kong). Em dezembro, a secretária dos Transportes e Logística anunciou a celebração de acordos bilaterais de serviços aéreos com sete países, incluindo um Estado-Membro da UE⁴⁴. No que diz respeito à **aviação sustentável**, o Governo anunciou uma meta para um rácio de consumo de combustível sustentável para aviação (CSA) de 1 % a 2 % até 2030 para os voos com partida do Aeroporto Internacional de Hong Kong⁴⁵. O discurso político apresentou objetivos para o desenvolvimento de uma cadeia industrial de CSA, com vista a permitir que os fornecedores locais de CSA aumentem a produção de CSA na Grande Região da Baía e para a construção de uma instalação de mistura de combustível em Hong Kong. Em outubro, a Airbus e a companhia

³⁷ Discurso do Chefe do Executivo na Conferência Asiática sobre Logística, Transporte Marítimo e Aviação 2025
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202511/17/P2025111700478.htm>.

³⁸ Nota do Departamento da Marinha ao Conselho Legislativo
<https://www.legco.gov.hk/yr2025/english/panels/edev/papers/edev20250304cb3-257-2-e.pdf>.

³⁹ *Code of Practice — Safety and Operational Guidelines for Bunkering of Alternative Fuels*, publicado pelo Departamento da Marinha da RAE de Hong Kong
https://www.mardep.gov.hk/filemanager/en/share/pub-services/pdf/lvs_copbun.pdf.

⁴⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202506/30/P2025063000367.htm>.

⁴¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202509/25/P2025092500691.htm>.

⁴² Alteração dos regulamentos relativos às mercadorias sujeitas a direitos aduaneiros
https://www.elegislation.gov.hk/hk/cap109A?xid=ID_1438402566727_003.

⁴³ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202511/19/P2025111900627.htm>.

⁴⁴ Intervenção de Mable Chan, secretária dos Transportes e Logística
<https://www.tlb.gov.hk/eng/psp/speeches/transport/2025/20251209a.html>.

⁴⁵ Nota do Departamento de Transportes e Logística ao Conselho Legislativo
<https://www.legco.gov.hk/yr2025/english/panels/edev/papers/edev20250929cb3-1331-2-e.pdf>.

aérea de bandeira Cathay de Hong Kong anunciaram um investimento conjunto para desenvolver a produção de CSA⁴⁶.

Em 2025, Hong Kong ocupava o primeiro lugar a nível mundial em termos de oferta pública inicial. A fim de reforçar Hong Kong enquanto **centro financeiro internacional**, o discurso político anunciou objetivos para **aprofundar o mercado de ações de Hong Kong**, nomeadamente através da otimização do regime de admissão à cotação para promover as OPI, inclusivamente para as empresas tecnológicas e biotecnológicas, e a cotação secundária de empresas chinesas cotadas noutros mercados. Durante o ano, foi lançado um canal das empresas tecnológicas, que facilita as aplicações de admissão à cotação de empresas especializadas em tecnologia e biotecnologia⁴⁷, e a Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) introduziu regras de admissão à cotação alteradas (proporcionando maior flexibilidade em matéria de ações colocadas junto do público, com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026) e novos índices («Hang Seng Biotech Index Futures» e «HKEX Tech 100 Index»). As iniciativas para **reforçar o mercado obrigacionista de Hong Kong** incluem o desenvolvimento de infraestruturas financeiras, a construção de ligações no estrangeiro (o discurso político menciona a Suíça e os Emirados Árabes Unidos), a promoção da utilização de obrigações de dívida pública chinesas *offshore* como garantia, a introdução de futuros sobre obrigações do Tesouro chinesas *offshore* e a exploração do lançamento de acordos de recompra transfronteiras em RMB. Em setembro, a Comissão de Valores Mobiliários e Futuros (SFC) e a Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA) apresentaram um roteiro para desenvolver Hong Kong como plataforma mundial de rendimento fixo e cambial⁴⁸. A fim de reforçar o papel de Hong Kong enquanto maior **centro de negócios offshore em RMB** do mundo, foi lançado um novo mecanismo de apoio aos negócios em RMB (que proporciona quotas acrescidas de financiamento em RMB aos bancos e às empresas)⁴⁹ e o discurso político anunciou a emissão de mais obrigações em RMB e ponderou a liquidação das despesas públicas em RMB. O Governo pretendia incentivar mais produtos de seguros e promover a gestão de ativos e de património — incluindo o reforço dos regimes fiscais preferenciais para atrair mais fundos; racionalizar o processo de autorização de sociedades de investimento imobiliário⁵⁰ e investir (diretamente ou através de coinvestimento) em fundos privados de participações e fundos de cobertura locais. Durante o ano, a Bolsa de Valores de Hong Kong abriu uma nova filial no Dubai, abriu um novo escritório em Riade, acrescentou a Bolsa de Valores da Tailândia como bolsa de valores reconhecida e assinou um memorando de entendimento com a Bolsa de Valores de Abu Dabi⁵¹. Em setembro, Hong Kong e os Emirados Árabes Unidos (EAU) celebraram um memorando de entendimento para alargar o acesso ao mercado transfronteiras de fundos públicos ao abrigo de um acordo de reconhecimento mútuo de fundos⁵².

⁴⁶ Comunicado de imprensa da Airbus

<https://www.airbus.com/en/newsroom/press-releases/2025-10-airbus-and-cathay-form-co-investment-partnership-for-scaling>.

⁴⁷ Comunicado de imprensa da Bolsa de Valores de Hong Kong

https://www.hkex.com.hk/News/Regulatory-Announcements/2025/250506news?sc_lang=en.

⁴⁸ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong

<https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/09/20250925-3/>.

⁴⁹ Sítio Web da Autoridade Monetária de Hong Kong

<https://www.hkma.gov.hk/eng/key-functions/money/liquidity-facility-framework/rmb-liquidity-facility-and-primary-liquidity-providers/>.

⁵⁰ Comunicado de imprensa da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros

<https://apps.sfc.hk/edistributionWeb/gateway/EN/news-and-announcements/news/doc?refNo=25PR164>.

⁵¹ Sítio Web da Bolsa de Valores de Hong Kong

https://www.hkex.com.hk/News/News-Release/2025/251222news?sc_lang=en.

⁵² Comunicado de imprensa da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros de Hong Kong

<https://apps.sfc.hk/edistributionWeb/gateway/EN/news-and-announcements/news/doc?refNo=25PR149>.

O discurso político anunciou que o Governo continuará a apoiar o desenvolvimento da **tecnologia financeira e dos ativos virtuais**. A Comissão de Valores Mobiliários e Futuros publicou um roteiro regulamentar para o mercado de ativos virtuais de Hong Kong⁵³ e anunciou a flexibilização das regras aplicáveis às plataformas de negociação de ativos virtuais licenciadas localmente (permitindo ordens combinadas com plataformas estrangeiras e facilitando a distribuição a investidores profissionais)⁵⁴. Em maio, foi aprovado um projeto de lei relativo à criptomoeda estável para estabelecer um regime de licenciamento para os emitentes de criptomoedas estáveis referenciadas em moeda fiduciária⁵⁵ (até ao final de 2025 não tinham sido emitidas licenças)⁵⁶. O Governo publicou a sua declaração política 2.0 sobre o desenvolvimento de ativos digitais⁵⁷. Foram realizadas consultas sobre propostas legislativas para estabelecer regimes de licenciamento para os prestadores de serviços de negociação e custódia de ativos virtuais e os prestadores de serviços de consultoria e gestão (com o objetivo de apresentar projetos de lei em 2026)⁵⁸. Durante o ano, foi lançada uma ligação de pagamento que liga o sistema de pagamento bancário via Internet do continente ao sistema de pagamento acelerado de Hong Kong⁵⁹. Em novembro, a Autoridade Monetária de Hong Kong publicou a sua estratégia relativa à tecnologia financeira 2030, que abrange os dados e as infraestruturas de pagamento; a inteligência artificial; a tokenização e a finança digital⁶⁰. Durante o ano, a Autoridade Monetária de Hong Kong concluiu a fase 2 do seu programa-piloto HKD digital e anunciou que dará prioridade ao trabalho relativo ao HKD digital nos pagamentos grossistas no futuro imediato (incluindo os pagamentos transfronteiras), continuando simultaneamente a lançar as bases para a potencial utilização futura de um HKD digital para pessoas singulares e empresas⁶¹.

No que diz respeito ao **financiamento verde**, o discurso político anunciou trabalhos para desenvolver um mercado do carbono na Grande Região da Baía — nomeadamente com base i) na plataforma Core Climate (mercado do carbono da Bolsa de Valores de Hong Kong, que regista um comércio limitado de acordo com analistas), ii) na formulação de normas voluntárias em matéria de créditos de carbono e iii) no desenvolvimento de serviços de auditoria do carbono e do comércio de licenças de emissão de carbono. Outro objetivo consiste em ajudar as empresas que utilizam Hong Kong para se internacionalizarem (incluindo as empresas chinesas) a cumprir os requisitos internacionais em matéria de emissões de carbono. Em setembro, foi assinado um memorando de entendimento entre a Bolsa de Valores de Hong Kong e as bolsas de valores na Grande Região da Baía sobre o desenvolvimento dos mercados

⁵³ Roteiro regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros para o mercado de ativos virtuais de Hong Kong <https://www.sfc.hk/-/media/EN/files/ER/ASPIRe/ASPIRe-roadmap-for-Hong-Kongs-virtual-asset-market-Eng.pdf>.

⁵⁴ Comunicado de imprensa da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros <https://apps.sfc.hk/edistributionWeb/gateway/EN/news-and-announcements/news/corporate-news/doc?refNo=25PR182>.

⁵⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/05/20250521/20250521_170205_430.html.

⁵⁶ Sítio Web da Autoridade Monetária de Hong Kong <https://www.hkma.gov.hk/eng/regulatory-resources/registers/register-of-licensed-stablecoin-issuers/>.

⁵⁷ Declaração política 2.0 sobre o desenvolvimento de ativos digitais em Hong Kong https://gia.info.gov.hk/general/202506/26/P2025062600269_500089_1_1750909574183.pdf.

⁵⁸ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/24/P2025122400265.htm>.

⁵⁹ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/06/20250620-4/>.

⁶⁰ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/11/20251103-3/>.

⁶¹ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/10/20251028-4/>.

do carbono e o financiamento verde⁶². Em setembro, a Autoridade Monetária de Hong Kong lançou um protótipo para alargar a taxonomia de Hong Kong para o financiamento sustentável (lançado em 2024)⁶³. O protótipo acrescenta dois novos setores (indústria transformadora e TIC), critérios para as atividades de transição e uma categoria de «adaptação às alterações climáticas» e faz referência à taxonomia e às normas da UE. Durante o ano, o Governo continuou a emitir obrigações verdes (incluindo denominadas em euros) no âmbito do programa de obrigações sustentáveis do Estado lançado em 2018 e a financiar regimes de financiamento sustentável⁶⁴. As novas regras da Bolsa de Valores de Hong Kong, que exigem que as entidades cotadas divulguem informações sobre os riscos relacionados com o clima, entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 e devem ser aplicadas por fases⁶⁵.

Durante o ano, o Governo prosseguiu a sua política de **promoção de Hong Kong como centro de inovação e tecnologia (I&T)**. Hong Kong ocupava o 15.º lugar a nível mundial (e o quinto na Ásia) no Índice Mundial de Inovação 2025 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual e o polo de Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou ocupava o primeiro lugar a nível mundial como polo de inovação⁶⁶.

As iniciativas delineadas no discurso político incluem i) atrair empresas inovadoras e de elevado valor através de políticas fundiárias preferenciais, subsídios financeiros e incentivos fiscais, ii) reforçar o novo regime de aceleração da industrialização, iii) apoiar as PME na sua avaliação de patentes e iv) alterar o Decreto sobre os Direitos de Autor. O discurso político salientou igualmente um maior desenvolvimento da **indústria das tecnologias da vida e da saúde**, incluindo a atração de mais empresas farmacêuticas; acelerar ainda mais as aprovações de novos medicamentos⁶⁷; ajudar as empresas a introduzir medicamentos inovadores nos mercados internacionais e da China continental; a normalização dos dados clínicos na Grande Região da Baía; e a promoção de ensaios clínicos, incluindo ensaios transfronteiriços na Grande Região da Baía (foi lançada em dezembro uma plataforma de colaboração para ensaios clínicos da Grande Região da Baía)⁶⁸. O discurso político anunciou igualmente que será criado um Centro de Regulamentação de Produtos Médicos de Hong Kong e foi apresentada uma proposta legislativa sobre a regulamentação dos dispositivos médicos. Em dezembro de 2025, o Hospital de Medicina Chinesa de Hong Kong iniciou as suas atividades⁶⁹ e foi publicado um Plano de Desenvolvimento da Medicina Chinesa, que inclui planos para estabelecer Hong Kong como testa de ponte para a expansão mundial da medicina chinesa⁷⁰.

⁶² Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/09/20250923/20250923_193938_385.html.

⁶³ Comunicados de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/insight/2025/09/20250908/>.

⁶⁴ Incluindo o regime de financiamento ecológico e sustentável, o regime-piloto de apoio ao reforço das capacidades em matéria de financiamento verde e sustentável e o regime de apoio ao financiamento da prova de conceito da tecnologia financeira ecológica e sustentável.

⁶⁵ Sítio Web da Bolsa de Valores de Hong Kong: https://www.hkex.com.hk/Listing/Sustainability/ESG-Academy/ESG-in-Practice/Climate-Change?sc_lang=en.

⁶⁶ Índice Mundial de Inovação 2025 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) <https://www.wipo.int/web-publications/global-innovation-index-2025/en/index.html>.

⁶⁷ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/31/P2025103100638.htm>.

⁶⁸ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/22/P2025122200201.htm>.

⁶⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/12/20251210/20251210_144222_520.html.

⁷⁰ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/18/P2025121800500.htm>.

Outro domínio a desenvolver para apoiar o desenvolvimento da I&T é a **inteligência artificial (IA) e a ciência de dados**. A legislação será revista para apoiar uma implantação mais ampla da IA. A IA será também utilizada para aumentar a eficiência do Governo e dos serviços financeiros e das indústrias da construção. O Governo anunciou a criação de um Instituto de Investigação e Desenvolvimento no domínio da IA⁷¹. A investigação e a inovação no domínio da IA continuarão a ser promovidas através de um regime de apoio à investigação de tecnologia emergente (lançado em setembro de 2025)⁷² e através do programa de investigação InnoHK e de um centro de supercomputação para a IA (lançado em dezembro de 2024). O Governo também investiu diretamente em empresas de IA, através da The Hong Kong Investment Corporation Limited. De acordo com o Governo, os mecanismos para o fluxo transfronteiriço de dados da China continental para o Parque de Hong Kong apoiarão igualmente a implantação da IA. Hong Kong está também a desenvolver a **economia de baixa altitude** e a **tecnologia aeroespacial**, através de projetos-piloto de ambiente de testagem da regulamentação, através de financiamento e da alteração da legislação, bem como do acolhimento de eventos⁷³. O discurso político anunciou a publicação de um plano de ação para a economia de baixa altitude e, em dezembro, um funcionário de Hong Kong anunciou o objetivo de lançar drones de passageiros dentro de dois a três anos⁷⁴.

Para reforçar Hong Kong enquanto **centro de serviços jurídicos e de resolução de litígios**, o discurso político anunciou a cooperação com a Organização Internacional para a Mediação, criada e com sede em Hong Kong durante o ano (incluindo a construção do edifício de serviços jurídicos internacionais de Hong Kong adjacente à Organização Internacional para a Mediação). O Governo reforçará igualmente a acreditação da profissão de mediador e estudará a necessidade de alterar o Decreto sobre Arbitragem. Em dezembro de 2025, o Governo anunciou que o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), com sede em Roma, decidiu criar o seu Gabinete de Ligação Ásia-Pacífico em Hong Kong⁷⁵.

Os **setores da cultura, do desporto e do turismo** continuarão a ser promovidos, incluindo a organização de grandes eventos, o desenvolvimento de intercâmbios culturais e a consolidação da posição de Hong Kong como centro de comércio no domínio da arte. O Governo pretende atrair novos visitantes, nomeadamente do Médio Oriente e da ANSA, para desenvolver uma «economia dos iates» e os cruzeiros turísticos. O parque desportivo Kai Tak — um grande estádio — foi inaugurado durante o ano.

O Governo continuará também a **fomentar os talentos locais e a atrair talentos da China continental e estrangeiros**. Hong Kong continuará a desenvolver-se enquanto centro internacional de educação e investigação, nomeadamente atraindo investigadores, professores

⁷¹ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/15/P2025101500264.htm>.

⁷² Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.info.gov.hk/gia/general/202509/26/P2025092500877.htm>.

⁷³ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/03/20250320/20250320_141320_260.html, https://www.news.gov.hk/eng/2025/08/20250825/20250825_171443_511.html, https://www.news.gov.hk/eng/2025/10/20251027/20251027_111022_326.html, https://www.news.gov.hk/eng/2025/07/20250717/20250717_173355_831.html, https://www.news.gov.hk/eng/2025/10/20251009/20251009_174638_112.html.

⁷⁴ Artigo do South China Morning Post <https://www.scmp.com/news/hong-kong/hong-kong-economy/article/3336372/hong-kong-aims-launch-passenger-carrying-drones-2-3-years>.

⁷⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong https://www.news.gov.hk/eng/2025/12/20251224/20251224_103202_383.html.

e estudantes, promovendo a mobilidade de talentos, os intercâmbios educativos e a cooperação entre universidades e indústrias. Em 2025, Hong Kong contava com cinco universidades entre as 100 melhores do mundo. O Governo apoiará igualmente o desenvolvimento de escolas internacionais e continuará a explorar o reconhecimento mútuo das qualificações de nível pós-secundário não superior entre Hong Kong e a China continental.

O discurso político anunciou iniciativas para **apoiar as pequenas e médias empresas (PME)**, nomeadamente com apoio financeiro, ajudando na sua transformação digital e ajudando-as a explorar mercados estrangeiros. As medidas visam igualmente **melhorar a situação da habitação**, incluindo metas para a construção de 189 000 unidades de habitação pública, a redução do tempo de espera para habitações para arrendamento convencionadas para 4,5 anos e o aumento da oferta de habitação privada — juntamente com uma melhor regulamentação das 110 000 unidades subdivididas da cidade. O discurso político inclui igualmente iniciativas destinadas a enfrentar os desafios relacionados com o **envelhecimento da população de Hong Kong e a apoiar a fertilidade**.

No que diz respeito às **políticas ambientais e climáticas**, o discurso político reiterou o objetivo de Hong Kong de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Anunciou iniciativas e políticas para desenvolver a mobilidade e a energia verdes, incluindo o desenvolvimento da cadeia industrial de CSA e de instalações de mistura de combustível; continuar a promover o hidrogénio (o discurso político refere 28 projetos experimentais em curso), formular uma certificação normalizada para o hidrogénio e desenvolver um corredor de hidrogénio na Grande Região da Baía; prosseguir a implantação de estações de carregamento rápido para veículos elétricos e construir a primeira instalação de reciclagem de baterias de veículos elétricos em grande escala em Hong Kong; bem como expandir os sistemas de transportes coletivos (incluindo o metropolitano). Durante o ano, estava a ser construída uma nova instalação de valorização energética. O Governo anunciou que irá criar um centro de formação em desenvolvimento ecológico sustentável no âmbito da iniciativa «Uma Cintura, uma Rota» (OBOR), que dará formação aos países que participam na Iniciativa OBOR. Em 31 de dezembro, o Governo publicou a Estratégia e Plano de Ação em matéria de Biodiversidade de Hong Kong 2035⁷⁶.

Política comercial

Hong Kong tem **nove acordos de comércio livre (ACL)** com a China continental (Acordo de Parceria Económica, ou CEPA, de junho de 2003, posteriormente reforçado), a Nova Zelândia (março de 2010), os Estados membros da Associação Europeia de Comércio Livre (junho de 2011), o Chile (setembro de 2012), Macau (outubro de 2017), a ANSA (novembro de 2017), a Geórgia (junho de 2018), a Austrália (março de 2019) e o Peru (novembro de 2024).

No final de 2025, Hong Kong tinha **23 acordos de promoção e proteção dos investimentos (IPPA)** com economias estrangeiras (incluindo 10 Estados-Membros da UE). O mais recente destes acordos foi assinado em 2024 com o Barém e entrou em vigor em março de 2025. Em 2023, foi assinado um IPPA com a Turquia, mas, no final de 2025, a sua entrada em vigor ainda estava pendente. Foram concluídas as negociações com vista à celebração de IPPA com as Maldivas e Mianmar, que aguardam assinatura. O sítio Web do Departamento do Comércio e da Indústria de Hong Kong também enumera os IPPA em fase de consulta/negociação com o Bangladeixe, o Egito, o Peru, o Catar, a Rússia e a Arábia Saudita.

⁷⁶ Comunicados de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
https://www.news.gov.hk/eng/2025/12/20251231/20251231_123058_774.html.

Hong Kong e a Jordânia assinaram uma convenção para evitar a dupla tributação em setembro de 2025, enquanto as convenções para evitar a dupla tributação entraram em vigor com a Arménia em abril de 2025 e com o Barém em março de 2025.

No seu discurso político, o Chefe do Executivo afirmou que Hong Kong continuaria a procurar aderir rapidamente à **Parceria Económica Regional Abrangente**, que inclui 15 países da região Ásia-Pacífico. Hong Kong apresentou o seu pedido de adesão no início de 2022, mas, no final de 2025, não tinha aderido à parceria.

Hong Kong tem **15 gabinetes económicos e comerciais** no estrangeiro: em Berlim, Bruxelas, Genebra, Londres, Banguécoque, Jacarta, Cuala Lumpur, Singapura, Sydney, Tóquio, Dubai, Nova Iorque, São Francisco, Toronto e Washington DC. O gabinete económico e comercial de Cuala Lumpur iniciou a sua atividade em dezembro de 2025. O Chefe do Executivo afirmou que Hong Kong procurará abrir mais gabinetes económicos e comerciais na América Latina e na Ásia Central.

Integração económica com a China continental

O **Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais (CEPA) entre o Continente Chinês e Hong Kong** prevê direitos aduaneiros nulos sobre as mercadorias importadas originárias de Hong Kong exportadas para a China continental (em conformidade com as regras de origem do CEPA), bem como um tratamento preferencial para os prestadores de serviços de Hong Kong em vários setores de serviços na China continental e medidas de proteção do investimento.

No que diz respeito à **integração financeira e ao acesso mútuo**, Hong Kong e a China continental implementaram vários sistemas e mecanismos que proporcionam a Hong Kong uma conectividade sem paralelo ao mercado de capitais da China e reforçam o seu papel de centro financeiro. O sistema «Stock Connect» liga a Bolsa de Valores de Hong Kong às suas contrapartes em Xangai e Shenzhen. O «Bond Connect» é um sistema de acesso mútuo aos mercados obrigacionistas de Hong Kong e da China continental. O regime bidirecional transfronteiras de gestão de património na Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau («regime bidirecional transfronteiras») permite que os residentes elegíveis da China continental, de Hong Kong e de Macau invistam em produtos de gestão de património no mercado da outra parte. O «Swap Connect» é um programa de acesso mútuo ao mercado de derivados que permite aos investidores em Hong Kong negociar e compensar *swaps* de taxas de juro *onshore* em RMB, sem alterar as suas atuais práticas de negociação e liquidação. Durante o ano, foram desenvolvidos o «Swap Connect»⁷⁷, o «Bond Connect»⁷⁸ e o regime bidirecional transfronteiras⁷⁹. No discurso político, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo irá avançar com a inclusão de um balcão de negociação em RMB na plataforma de

⁷⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
https://www.news.gov.hk/eng/2025/09/20250925/20250925_171614_881.html.

Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong
<https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/05/20250515-7/>.

⁷⁸ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202507/08/P2025070800606.htm>.

⁷⁹ Circular da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros
<https://apps.sfc.hk/edistributionWeb/gateway/EN/circular/intermediaries/supervision/doc?refNo=25EC60>.
Circular da Autoridade Monetária de Hong Kong
<https://brdr.hkma.gov.hk/eng/doc-ldg/docId/getPdf/20250321-1-EN/20250321-1-EN.pdf>.

negociação no sentido norte-sul ao abrigo do regime «Stock Connect». Em junho, a Autoridade Monetária de Hong Kong e o Banco Popular da China lançaram uma nova «ligação de pagamentos». Em setembro, o Banco Popular da China (BPC) anunciou o seu apoio ao aprofundamento do acesso mútuo entre os mercados financeiros da China continental e de Hong Kong⁸⁰.

No que diz respeito à **Grande Região da Baía**, o Chefe do Executivo afirmou no discurso político que Hong Kong continuará a reforçar proativamente a cooperação mutuamente benéfica na Grande Região da Baía, a fim de melhorar o fluxo de pessoas, mercadorias, dados e capitais. Anunciou a prossecução do desenvolvimento do parque logístico do Aeroporto Internacional de Hong Kong na cidade provincial de Dongguan, em Guangdong, destinado a facilitar as exportações de carga da China continental. Salientou ainda a cooperação médica transfronteiriça, incluindo o apoio aos ensaios clínicos⁸¹ e à normalização dos dados clínicos, à inovação e ao desenvolvimento da cadeia industrial. Durante o ano, o Governo de Hong Kong continuou a desenvolver ligações ferroviárias transfronteiriças⁸², facilitou ainda mais os mecanismos transfronteiriços para automóveis⁸³ e promoveu a mobilidade de emprego dos jovens⁸⁴. No que diz respeito aos serviços financeiros e jurídicos, o discurso político anunciou orientações para a referenciação avançada de créditos transfronteiras⁸⁵, a continuação do desenvolvimento do comércio mercadorias e de carbono com a Grande Região da Baía, o reforço da ligação entre os pagamentos e a promoção da arbitragem comercial na Grande Região da Baía⁸⁶.

III. Relações entre Hong Kong e a China continental

O 20.º Comité Central do Partido Comunista da China organizou a sua quarta sessão plenária entre 20 e 23 de outubro. A reunião centrou-se na formulação do 15.º plano quinquenal da China, que norteará o desenvolvimento do país de 2026 a 2030. Nas «Recomendações do Comité Central do Partido Comunista da China para a Formulação do 15.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social Nacional», publicadas em 28 de outubro, o Partido comprometeu-se a apoiar a «prosperidade e estabilidade a longo prazo» de Hong Kong e Macau.

Em 23 de outubro, o Chefe do Executivo de Hong Kong salientou que «Hong Kong identificará e centrar-se-á no seu posicionamento vantajoso no plano de desenvolvimento do país, alinhar-se-á proativamente com os capítulos relativos a Hong Kong e Macau do 15.º plano quinquenal, aproveitará as oportunidades significativas proporcionadas pelo desenvolvimento do país e tirará partido das suas próprias vantagens únicas no desenvolvimento nacional».

⁸⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202509/25/P2025092501054.htm>.

⁸¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/22/P2025122200201.htm>.

⁸² Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/31/P2025103100322.htm>.

⁸³ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
https://www.news.gov.hk/eng/2025/10/20251031/20251031_123417_912.html.

⁸⁴ <https://www.youth.gov.hk/en/career-study/stories/194716ec-9c49-4b6e-93f7-705eeb736e55>.

⁸⁵ Circular da Autoridade Monetária de Hong Kong
<https://brdr.hkma.gov.hk/eng/doc-ldg/docId/getPdf/20251009-2-EN/20251009-2-EN.pdf>.

⁸⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong
<https://www.info.gov.hk/gia/general/202512/09/P2025120900687p.htm>.

Uma delegação composta pelo presidente da Academia das Ciências da China e pelo diretor-adjunto do Gabinete da Comissão Central para os Assuntos Financeiros e Económicos, que desempenha igualmente as funções de diretor-adjunto do Gabinete do Grupo Central de Direção para os Assuntos Rurais do Partido Comunista da China, visitou Hong Kong entre 24 e 25 de novembro para debater o 15.º plano quinquenal e as suas implicações para Hong Kong.

O diretor do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau sob a tutela do Comité Central do Partido Comunista da China (PCC) e do Conselho de Estado da República Popular da China visitou Hong Kong entre 18 e 22 de junho. Centrou-se no desenvolvimento económico da cidade, mormente no projeto da metrópole setentrional. O diretor proferiu igualmente um discurso, em 21 de junho, num fórum comemorativo do quinto aniversário da Lei da Segurança Nacional, salientando a importância de prosseguir os esforços para salvaguardar a segurança nacional.

Aludindo às palavras do diretor, o Chefe do Executivo de Hong Kong alertou, em 24 de junho, para a persistência da «resistência branda». Numa abordagem de governação integrada, os 18 secretários e sete dirigentes das forças disciplinares — incluindo a polícia, as alfândegas e os bombeiros — seguiram o exemplo e salientaram publicamente os seus esforços para salvaguardar a segurança nacional em entrevistas nos meios de comunicação social e publicações nas redes sociais.

Entre 8 e 10 de fevereiro, o diretor do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau visitou a cidade chinesa vizinha de Shenzhen. Em 9 de fevereiro, o diretor organizou uma reunião com funcionários de Hong Kong sobre o reforço da integração da Grande Região da Baía.

Em 11 de fevereiro, Eric Chan, à época Chefe do Executivo em exercício de Hong Kong, salientou que o diretor tinha fornecido «instruções muito claras» sobre a forma como Hong Kong se deveria alinhar pelas estratégias nacionais em matéria de evolução económica e financeira, em especial sobre a forma de se integrar com a China continental «o mais rapidamente possível».

Em 30 de maio, o Conselho de Estado da China nomeou Zhou Ji, antigo diretor-executivo adjunto do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do PCC, como novo diretor do Gabinete de Ligação do Governo Central na cidade e conselheiro de segurança nacional do Comité de Salvaguarda da Segurança Nacional da cidade, em substituição de Zheng Yanxiong.

Em 14 de julho, Pequim nomeou Xu Qifang, antigo diretor-adjunto do Departamento de Organização do Comité Central do PCC, para suceder a Zhou Ji no Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau.

Em 31 de dezembro, o diretor-adjunto do Gabinete de Ligação, Qi Bin, foi substituído por Zhang Yong, que anteriormente exercia as funções de vice-presidente executivo da China COSCO Shipping Corporation.

O Chefe do Executivo de Hong Kong liderou uma delegação de 360 membros de Hong Kong para participar na parada militar em Pequim, em 3 de setembro, que assinala a vitória da China sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial.

Entre 3 e 7 de julho, o porta-aviões chinês Shandong visitou Hong Kong. A frota incluía os contratorpedeiros Yan'an e Zhanjiang e a fragata de mísseis Yuncheng. Durante a visita de cinco dias, mais de 30 000 pessoas embarcaram nos navios navais Shandong, Zhanjiang e Yuncheng para visitas.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais e a 12.^a edição dos Jogos Nacionais para Pessoas com Deficiência e os nonos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais foram coorganizados por Guangdong, Hong Kong e Macau em novembro e dezembro de 2025, respetivamente. É a primeira vez que os jogos nacionais são coorganizados pela Grande Região da Baía.

A partir de 23 de dezembro, os condutores de Guangdong foram autorizados a conduzir para Hong Kong ao abrigo do novo regime «Deslocação no sentido norte-sul para veículos de Guangdong». A iniciativa teve início com 100 veículos por dia para uma estada máxima de três dias por veículo de Guangdong.

Em 2025, a China continental foi o **maior parceiro comercial de Hong Kong no que diz respeito ao comércio de mercadorias**, representando 51,4 % do comércio total de Hong Kong. Por sua vez, Hong Kong é uma importante plataforma de comércio para a China continental, tendo-se classificado como o terceiro maior parceiro comercial da China em 2025.

Hong Kong é o **centro financeiro offshore e uma plataforma de investimento fundamental para a China continental**. Em 2024 (último ano para o qual existem dados disponíveis), a China continental foi a maior fonte de IDE do exterior para Hong Kong, excluindo os centros *offshore*, e o primeiro destino de IDE de Hong Kong no exterior, representando 33 % do volume de IDE do exterior e 52 % do volume total de IDE no exterior⁸⁷. Por sua vez, Hong Kong é a maior fonte de IDE na China continental e o principal destino do IDE da China continental no exterior, representando 56,8 % do seu IDE do exterior e 61,2 % do seu IDE no exterior (2024)⁸⁸. No final de dezembro de 2025, havia 1 552 empresas da China continental cotadas na Bolsa de Valores de Hong Kong, representando 79,3 % da capitalização bolsista total.

IV. Relações bilaterais e cooperação entre a UE e Hong Kong

Em 2025, o Gabinete da UE em Hong Kong realizou reuniões regulares com as autoridades do território, incluindo o Chefe do Executivo, durante as quais discutiu matérias de interesse bilateral e transmitiu preocupações quanto à deterioração da democracia e dos direitos humanos em Hong Kong e à aplicação da Lei da Segurança Nacional. O Gabinete da UE esteve também em contacto frequente com o Gabinete do Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China (OCMFA). O Gabinete da UE colaborou ainda com altos funcionários do Governo de Hong Kong, bem como com as principais partes interessadas locais do mundo empresarial, em dossiês pertinentes para o comércio, as empresas, os serviços financeiros e outras questões relacionadas com a economia.

Em 2025, o Gabinete da UE facilitou e apoiou as visitas de funcionários da UE a Hong Kong. Em janeiro, o Dr. Philip Lane, economista principal e membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu, visitou Hong Kong e participou em eventos. Em julho, Karen Braun-

⁸⁷ Relatório estatístico sobre as estatísticas de investimento direto externo de Hong Kong (edição de 2024), <https://www.censtatd.gov.hk/en/wbr.html?ecode=B10400032024AN24&scode=260>.

⁸⁸ Conselho de Hong Kong para o Desenvolvimento do Comércio <https://research.hktdc.com/en/article/MzIwNjcyMDYx>.

Munzinger, membro do Conselho Único de Resolução, reuniu-se com representantes do setor, com a Autoridade Monetária de Hong Kong e com a Comissão de Valores Mobiliários e Futuros. Em setembro, Siegfried Ruhl, conselheiro especial, e Lara Pavanello, chefe de equipa — Relações com os Investidores e Gestão da Rede de Corretores Principais — da Direção-Geral do Orçamento da Comissão Europeia reuniram-se com a Autoridade Monetária de Hong Kong e com instituições de serviços financeiros. Funcionários dos serviços comerciais e financeiros da Delegação da UE na República Popular da China, em Pequim, também se deslocaram a Hong Kong e reuniram-se com as partes interessadas locais. Por sua vez, vários funcionários de Hong Kong visitaram Estados-Membros da UE em 2025.

Como previsto nas Conclusões do Conselho, de julho de 2020, sobre Hong Kong, o Gabinete da UE e os cônsules-gerais dos Estados-Membros da UE em Hong Kong continuaram a acompanhar os julgamentos de defensores pró-democracia em Hong Kong, tendo realizado mais de 50 observações de julgamentos em 2025.

Em 2025, o Gabinete da UE continuou a organizar eventos culturais para promover o respeito pelos direitos humanos. Em dezembro de 2025, o Gabinete da UE coorganizou o prémio artístico anual «Cores da Humanidade», anteriormente conhecido como Prémio Artístico dos Direitos Humanos de Hong Kong. O Gabinete da UE continuou também a coorganizar o Festival de Cinema Documental UE-Ásia em Hong Kong, realizado anualmente, para chamar a atenção para as desigualdades sociais.

Em estreita coordenação com a comunidade ucraniana em Hong Kong, o Gabinete da UE organizou, em 24 de fevereiro, uma exposição fotográfica para assinalar o terceiro aniversário da invasão da Ucrânia pela Rússia. No intuito de aumentar ainda mais a sensibilização em Hong Kong para a guerra de agressão em curso da Rússia contra a Ucrânia, o Gabinete da UE apresentou produções relacionadas com o tema no Festival de Cinema da UE realizado em Hong Kong e no Festival de Cinema Documental UE-Ásia.

A fim de expressar o compromisso da UE com os princípios da igualdade e da não discriminação e o seu apoio aos direitos das pessoas LGBTIQ+, o Gabinete da UE ajudou os Estados-Membros na organização de projeções de filmes e de painéis de debate com vista a reunir a sociedade civil, os decisores políticos e o corpo diplomático. Em 2025, o Gabinete da UE voltou a participar no Pride Bazaar que se realiza anualmente.

O Gabinete da UE manteve contactos regulares com grupos da sociedade civil de Hong Kong que se dedicam a uma série de temas, incluindo os direitos dos reclusos e a situação dos trabalhadores domésticos estrangeiros.

O Gabinete da UE organizou vários eventos ao longo do ano no âmbito do Mecanismo para o Diálogo Político e a Diplomacia Pública da UE com Hong Kong e Macau. A quarta edição do evento Via Verde foi organizada em junho, juntamente com os parceiros locais do Gabinete da UE. O Via Verde é um evento emblemático para promover o intercâmbio de ideias e de soluções e políticas empresariais da UE sobre a melhor forma de descarbonizar as nossas economias. O evento reuniu cerca de 200 participantes e contou com a participação ao mais alto nível do Governo (foi inaugurado pelo Chefe do Executivo, John Lee, e pelo chefe do Gabinete da UE, Harvey Rouse) e da indústria. Foram formuladas recomendações para permitir uma maior participação da indústria da UE e das normas da UE em apoio da agenda ambiental de Hong Kong.

Em 2025, de acordo com o inquérito anual sobre empresas estrangeiras realizado pelo Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong, a **UE continuou a ser a maior comunidade empresarial estrangeira não chinesa na cidade**, à frente do Japão, dos EUA e do Reino Unido⁸⁹. Pelo menos 1 770 empresas da UE estavam ativas em Hong Kong em 2025. Cerca de metade delas (850) utilizava a cidade como sede ou escritório regional. As empresas da UE desenvolviam atividades em muitos setores, incluindo os serviços financeiros e empresariais, o comércio e a logística, o comércio a retalho, a restauração, a construção e a engenharia, bem como a gestão de resíduos. O inquérito revelou que o número de empresas da UE registadas foi 7,9 % superior ao de 2024 e 10,4 % superior ao de 2019 (níveis anteriores à COVID-19 e à Lei da Segurança Nacional). No entanto, o inquérito mostra igualmente que o número de empresas da UE com sede regional e escritórios regionais em Hong Kong continua a ser inferior aos níveis de 2019 (-6,2 % em 2025 em relação a 2019) e que as empresas da UE são, em média, de menor dimensão (com 37,3 membros do pessoal, em média, por empresa em 2025, uma diminuição de 12,6 % em relação a 2024 e uma diminuição de 24,3 % em relação a 2019).

Em 2025, **o comércio bilateral de mercadorias entre a UE e Hong Kong ascendeu a 27,7 mil milhões de EUR**, o que representa uma diminuição de 1,8 % em relação a 2024. As exportações de mercadorias da UE para Hong Kong ascenderam a 23,3 mil milhões de EUR, ao passo que as importações de Hong Kong para a UE totalizaram 4,4 mil milhões de EUR, o que resultou num **excedente de 18,9 mil milhões de EUR** para a UE. **A UE foi o sexto maior parceiro comercial de Hong Kong no que diz respeito ao comércio de mercadorias** em 2025, a seguir à China continental, a Taiwan, ao Vietname e a Singapura. Hong Kong continuou a ser uma importante plataforma comercial entre a China continental e a UE.

Em 2025, o comércio entre Hong Kong e a UE concentrou-se em algumas categorias de produtos, em especial a eletrónica, as máquinas industriais, os produtos de luxo e os instrumentos de precisão. As exportações de Hong Kong para a UE foram principalmente impulsionadas por máquinas elétricas e equipamento mecânico, que registaram um forte crescimento de 17 % e 62 %, respetivamente. Os instrumentos óticos e médicos também aumentaram 17 %. Em contrapartida, as exportações de joalharia e metais preciosos diminuíram acentuadamente (21 %), embora as obras de arte e as antiguidades tenham aumentado 169 %. Do lado das importações, Hong Kong continuou a depender da UE para os produtos das indústrias transformadoras de topo de gama e os produtos de luxo. As importações de máquinas elétricas e de artigos de joalharia registaram um crescimento modesto de 1 % e 3 %, enquanto as máquinas, a marroquinaria e os instrumentos óticos e médicos registaram uma contração entre 2 % e 5 %.

A UE foi o **quarto maior** parceiro comercial de Hong Kong no setor dos serviços em 2023 (de acordo com o Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong, sendo 2023, à data da redação do presente documento, o último ano completo para o qual estavam disponíveis dados). Em 2024, Hong Kong foi o **décimo** maior parceiro da UE no comércio de serviços (Eurostat). Os dados do Eurostat mostram que o comércio de serviços da UE com Hong Kong ascendeu a 48,6 mil milhões de EUR em 2024, o que representa um aumento de 25,5 % em termos homólogos. Em 2024, as exportações de serviços da UE para Hong Kong representaram 33,7 mil milhões de EUR e as importações de Hong Kong ascenderam a 15,0 mil milhões de EUR, o que resultou num excedente de 18,7 mil milhões de EUR para a UE. Os principais

⁸⁹ Relatório sobre o inquérito anual às empresas em Hong Kong com empresas-mãe localizadas fora de Hong Kong (edição de 2025)
<https://www.censtatd.gov.hk/en/EIndexbySubject.html?scode=360&pcode=B1110004&r=en>.

serviços comercializados são os serviços de transporte, as telecomunicações, os serviços informáticos e de informação, os serviços financeiros e outros serviços prestados às empresas.

A UE foi o sexto maior investidor em Hong Kong e o sexto maior destino do IDE de Hong Kong a nível mundial em 2024 (estatísticas de Hong Kong, sendo 2024, à data da redação do presente documento, o último ano para o qual estavam disponíveis dados). Segundo o Eurostat, **Hong Kong foi a nona maior fonte de volume de IDE para a UE em 2024** (excluindo os centros *offshore*), no valor de 114,3 mil milhões de EUR (uma diminuição de 28,6 % em termos homólogos), e o 14.º maior destino de volume de IDE da UE, com 93,0 mil milhões de EUR (+12,2 % em termos homólogos).

Em dezembro de 2024, o Conselho da UE alterou a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia e a Decisão 2014/512/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia. Um dos resultados desta alteração foi o aditamento de entidades de Hong Kong à lista constante do anexo da Decisão 2014/145/PESC e dos anexos da Decisão 2014/512/PESC. Além disso, a UE incluiu na lista navios com propriedade ou gestão em Hong Kong como parte da frota-fantasma da Rússia.